# ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E O TRABALHO

## Ruth C. L. Cardoso e Helena Sampaio

**Introdução**

De um modo geral, os estudos clássicos sobre a juventude, sobretudo aqueles que procuram enfatizar os diferentes modos de ser jovem na sociedade moderna, tomam o trabalho como um indicador privilegiado para identificar, de maneira contrastiva, dois segmentos da juventude: de um lado, o grupo constituído por jovens estudantes; de outro, o formado por jovens trabalhadores. A noção de trabalho, funcionando como um divisor de águas, transforma-se em um marco rígido: o que caracteriza o jovem trabalhador é sua precoce inserção no mercado de trabalho, através do exercício de uma ocupação de pouco prestígio e baixa remuneração. Em uma situação oposta, encontram-se os jovens que, por prolongarem sua formação escolar, - incluindo a formação de nível superior - postergam também sua entrada no mercado de trabalho. Todavia, uma vez inseridos nesse mercado, os jovens diplomados passam a ocupar cargos de prestígio e a obter salários elevados. O que está por trás desse tipo de análise é a idéia de que trabalho e estudo são situações mutuamente excludentes. Nem a formação de nível superior faz parte do universo dos jovens trabalhadores nem o trabalho é cogitado pelos jovens universitários.

E verdade que o objetivo de grande parte desses estudos consiste em buscar o que há de mais específico nesses grupos juvenis e, desse modo, as atividades ligadas ao trabalho ou à condição de estudante tornam-se o eixo em torno do qual suas identidades, envolvendo aspectos simbólicos e políticos, são constituídas.**(1)** É nesse quadro de uma sociologia diferencial da juventude que J. Habermas, L.F. Ch. Oehler e F. Weitz discutem o comportamento político dos estudantes. **(2)** A especificidade do comportamento político desse segmento explica-se pela forma particular de inserção do grupo na sociedade. Ou seja, é enquanto um não profissional, um não trabalhador, que o estudante tende a orientar seu comportamento político.

"A situação do estudante é, antes de mais nada, peculiar. Por um lado, é considerado adulto e, por outro, não tem licença para sê-lo. Tem sido feita, freqüentemente, a observação de que se trata, em certo sentido, de uma situação infantil conservada, apesar do amadurecimento físico e de certos atributos adultos (...). Desligados da casa paterna, mas ainda não incorporados à vida profissional, ainda não atingidos pelas condições específicas de uma profissão, os estudantes aparentam ser dotados do privilégio de poder distanciar-se da concorrência de interesses e ideologias. Os interesses "ligados à formação" dos estudantes são transitórios".**(3)**

Não interessa aqui discutir a tese sustentada pelos autores, de que o desinteresse dos estudantes pela política deve-se à condição de transitoriedade do grupo, a sua situação de aprendizes de profissionais. **(4)** O que importa notar é que a construção do argumento acentua a oposição entre trabalho e estudo. Em contraste com os estudantes, outros segmentos da juventude envolvidos desde a adolescência em atividades profissionais manifestariam maior interesse pela política.

Também deve ser notado que boa parte dessas análises, especialmente aquelas voltadas à caracterização do jovem estudante, teve sua origem em um contexto em que a universidade era muito diferente do que é hoje. Por muito tempo, a função precípua da universidade foi a formação de profissionais **(5)** recrutados entre os filhos da elite. Uma vez egressos das escolas de nível superior, esses jovens passavam a preencher os quadros políticos e administrativos da sociedade. Nessa época, o trabalho estava excluído da vida do jovem durante o período de aprendizado profissional. Por sua vez, o acesso ao ensino superior, por parte de jovens oriundos de famílias sem recursos e que, portanto, precisavam sustentar-se durante os estudos, era muito raro. Quando acontecia de um ou outro jovem transpor as barreiras da universidade, o estudante não só ganhava notoriedade como passava a encarnar o próprio mito da ideologia liberal. **(6)**

Em suma, sob a perspectiva da sociologia da juventude, universitários e trabalhadores enquanto grupos distintos repetem a divisão da sociedade em classes dicotômicas. As especificidades dos grupos - universitários ou trabalhadores - apenas traduziam a forma pela qual se dava a reprodução da sociedade.

A ampliação das camadas médias urbanas, resultado dos processos de industrialização e urbanização, concorreu para alterar esse quadro, impulsionando, inclusive, a transformação da própria universidade. O fenômeno não é específico do Brasil. Ele se verifica, quase simultaneamente, em todos os países que passaram por um rápido processo de terciarização e urbanização e que tiveram ampliados os setores médios da sociedade. Se, antes, a universidade destinava-se, com quase exclusividade, aos jovens das camadas mais altas, depois dessas transformações e também nelas interferindo, um contingente cada vez maior de estudantes chegou ao ensino superior. As mudanças não se limitaram à expansão das matrículas. Novas instituições e carreiras foram criadas para dar conta dessa explosão da demanda por ensino superior. O novo contingente estudantil que chega à universidade já não apresenta a homogeneidade de antigamente. A pressão por ensino superior parte de diferentes segmentos da sociedade: jovens mulheres que já não se satisfazem com o diploma de nível secundário ou de "normalistas", jovens oriundos de famílias sem tradição em ensino superior, pessoas mais velhas e já inseridas no mercado de trabalho em busca de uma melhor qualificação profissional etc.**(7)** Com isso, a clientela passa a ser extremamente diversificada e a expansão da matrícula não significa apenas aumento quantitativo.

Se, conforme vimos, durante um bom período de tempo trabalho e formação superior funcionaram como elementos constitutivos de identidades e destinos de segmentos muito específicos da juventude, atualmente essas situações não são mais tão excludentes, mas chegam, por vezes, a assumir certa complementaridade. Ou seja, as transformações ocorridas no sistema de ensino superior, ainda que somente de leve tenham tocado no problema da democratização da educação no Brasil, **(8)** acabaram contribuindo para trazer o tema do estudante que trabalha para dentro da universidade.

Os estudos realizados da década de 70 em diante trataram logo de reconhecer não só a heterogeneidade do estudantado que estava ingressando na universidade, como também de mostrar que boa parte desses estudantes concilia o trabalho com sua formação superior. Entretanto, tende a ser mantida a idéia dê que trabalho e estudo constituem situações excludentes.

Em 1973, Ophelina Rabello, em um estudo sobre o perfil do estudante universitário no Brasil, indicava a presença de um grande contingente de estudantes que trabalhavam. Face a esses dados, a autora questionava a dicotomia existente entre estudo e trabalho:

"Passando por cima do fato notório de o estudo constituir por si mesmo uma forma intensiva de trabalho, pergunta-se se estudar e trabalhar traduziriam antinomias insuperáveis ou complementar-se-iam, criando até exigências e reciprocidades altamente vantajosas?"**(9)**

O argumento da autora é o de que existem situações em que estudo e trabalho podem convergir para um esforço de "auto-consistência da personalidade humana do universitário, em termos de auto-superação para a autonomia plena (...); todavia, existem casos em que o estudo aliado ao trabalho poderia "traduzir-se em rotina, em dispersão interior, em mediocridade e desencanto, chegando mesmo à frustração de ambas as condutas do comportamento estudantil, provocando stress, pré-neuroses com a possível perda da substância de ambas as atividades no fenômeno decepcionante da evasão escolar?".**(10)** Segundo Rabello, a chance que cada uma dessas perspectivas tem de concretizar-se depende de uma vasta gama de implicações contidas na injunção estudo e trabalho.

Para a autora, existem basicamente três situações: o jovem que apenas estuda, o que estuda e trabalha e o jovem que estuda e precisa trabalhar como imperativo de sobrevivência. Essas situações "apresentam faces psicológicas e comportamentais diversificadas, carreando para o campus universitário problemas também diversificados, urgentes e de relevância indiscutível".**(11)** Assim, a autora passa a apresentar o que, em seu entender, constituem os prós e os contras de cada uma delas, sempre tendo em vista o aprendizado, isto é, a "capacitação pessoal e auto-realizadora" (p. 18).

Ainda que Rabello procure superar a dicotomia entre estudo e trabalho, mostrando que a conciliação dessas duas atividades pode ser viável – e até desejável –, a concepção de trabalho, na realidade, aparece subordinada ao processo estudo-aprendizado. Ou seja, o trabalho só é desejável se integrado à dinâmica do processo educativo, enquanto parte do esforço de "integração entre conhecimento e ação, teoria e prática, informação e formação, democratização e eficácia, desenvolvimento econômico-social e maturidade individual, diálogo e metodologia didática". **(12)**Quando o trabalho do estudante é motivado por necessidade econômica ou ainda por um anseio de autonomia face à família, Rabello tende a enfatizar o caráter "dilemático" das escolhas. Em outros termos, vê na tentativa de conciliação um conflito permanente de opções. Com essa perspectiva, a autora acaba enfatizando o que ela própria havia questionado. A antinomia trabalho e estudo não mais aparece como insuperável, mas como quase impossível de ser transposta, dadas as recomendações sobre as condições em que a injunção dessas duas atividades poderia se apresentar de forma positiva. O trabalho do estudante tanto prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado como também reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico. É como se pelo fato de trabalhar, o jovem deixasse de gozar plenamente sua condição de estudante e a experiência do trabalho estivesse deslocada. Os estudantes que trabalham jamais constituem a regra (mesmo que em termos numéricos sejam maioria), mas são a exceção. É o desviante no sentido de estar meio fora - trabalhador - e meio dentro da universidade - estudante.

Jamais o trabalho do estudante é tratado enquanto uma opção, mas aparece sempre como compulsório. Ou seja, a inserção precoce do jovem - antes de concluir sua formação superior - no mercado de trabalho sempre aparece vinculada a condicionantes de ordem econômico-social. Volta-se, assim, a remeter o trabalho do jovem a sua origem familiar em termos das classes sociais.

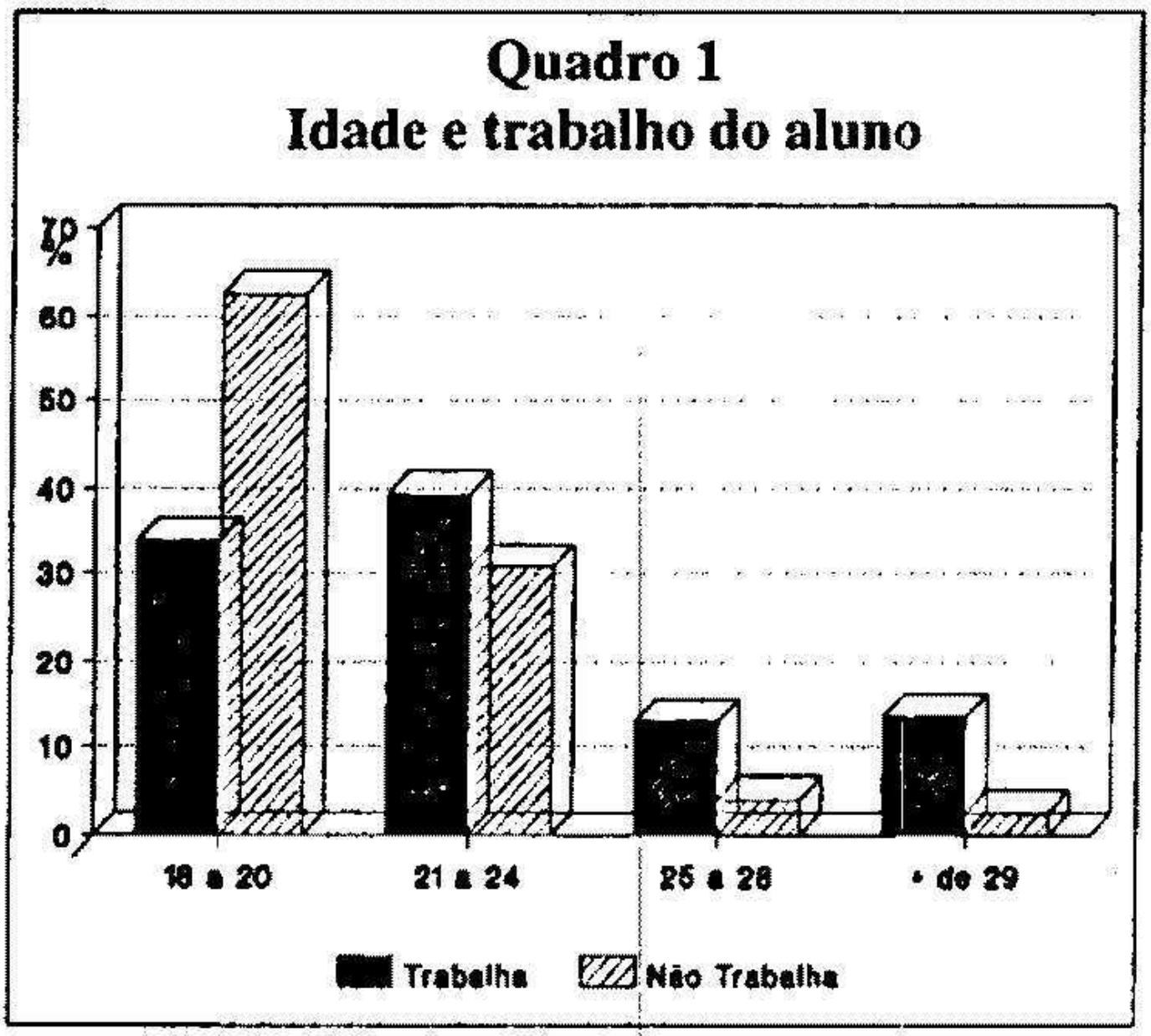
O trabalho do estudante é hoje bastante disseminado na universidade e, portanto, já não pode ser apreendido enquanto atividade na contra-mão durante o período de formação superior. Por outro lado, como o público da universidade continua a ser recrutado na classe média, já não podemos restringir a explicação do trabalho do estudante a condicionantes sócio-econômicos. Embora importantes para justificar boa parte.dos. casos de estudantes que trabalham, eles não dão conta de todas as variáveis que envolvem a opção pelo trabalho.

A análise que se segue sobre o estudante que trabalha orienta-se no sentido de incorporar novos elementos explicativos. Esses elementos, de um modo genérico, remetem, de um lado, à própria diversidade das formas de organização e funcionamento dos cursos e carreiras e de outro à inserção dos estudantes em uma categoria mais ampla - a juventude -, que dissolve as diferenças entre trabalhadores e estudantes.

**Trabalho e formação superior: opções convergentes**

Mais de metade dos estudantes pesquisados **(13)** - 54,6% - trabalha, o que representa 1.216 jovens em um universo de 2.226. Há vinte anos, Rabello já chamava a atenção para o fato de que metade dos universitários - 48,9% - dos cursos diurnos das escolas públicas trabalhavam. Dos estudantes que não se encontravam trabalhando, cerca de 24,5% já haviam trabalhado. **(14)**

Se o trabalho não é um fenômeno inteiramente novo na vida do universitário, o que de fato mudou nestes últimos anos?

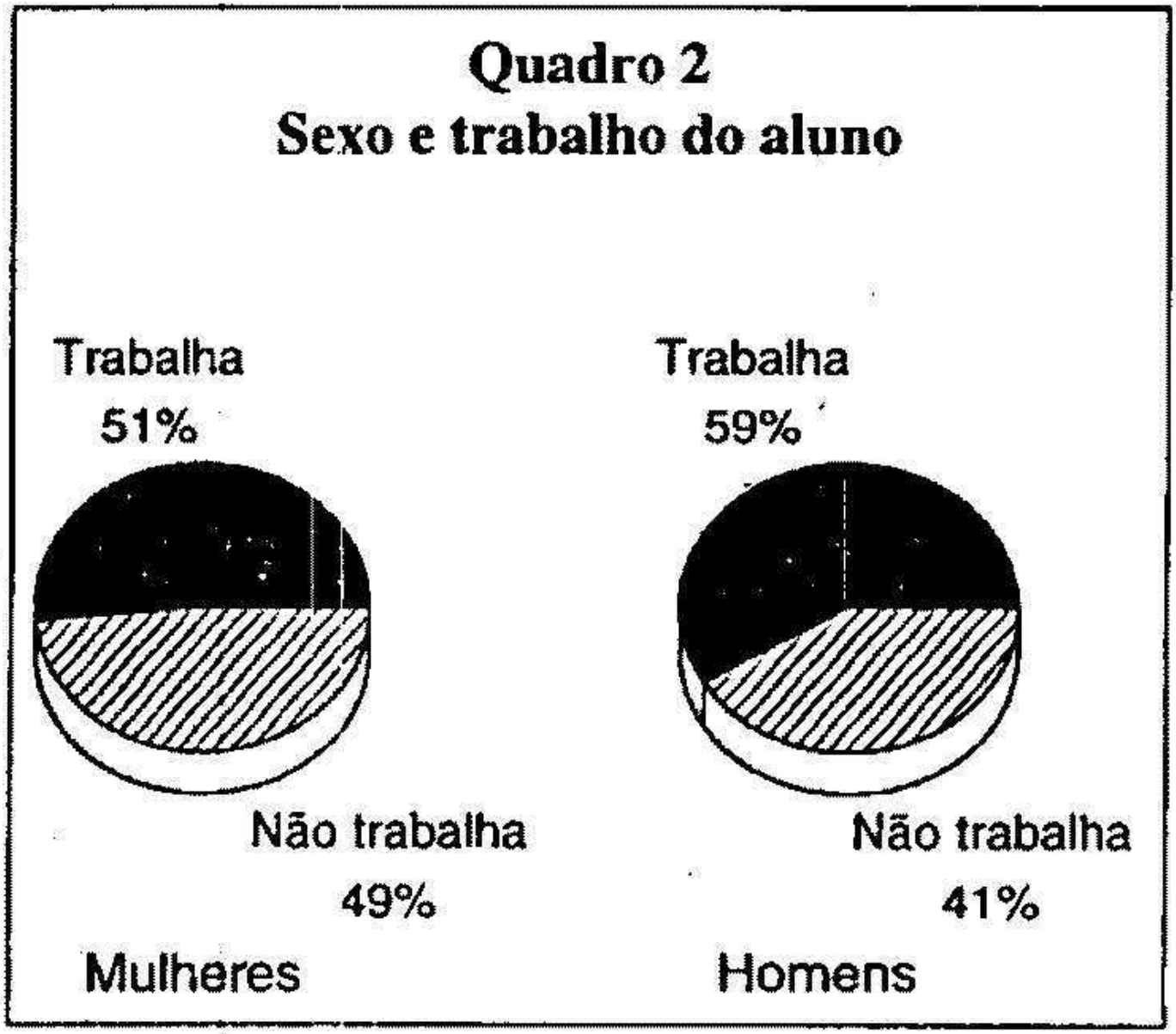



Segundo os nossos dados, a distribuição por idade e sexo do estudante que trabalha não é muito diferente do conjunto da amostra. Eles são mais numerosos na faixa de 21 a 24 anos, seguida da de 18 a 21 anos, as mesmas faixas etárias onde se concentra a maioria dos alunos de terceiro ano de um curso superior (Quadro 1). A idade média dos estudantes homens que trabalham é de 24,6 anos, enquanto a das mulheres é de 22,6 anos.

Isso vale para o conjunto dos cursos sem levar em conta as diferenças que a distribuição etária apresenta em função das carreiras e das instituições que os estudantes freqüentam. Assim, por exemplo, os estudantes de filosofia da USP que trabalham são mais velhos, em geral têm mais de 25 anos, o que corresponde à distribuição etária dos alunos desse curso.

Já os estudantes que não trabalham, em quase todos os cursos, tendem a concentrar-se na faixa de idade mais jovem: entre dezoito e vinte anos. Para ambos os sexos, 20,6 anos é a idade média de quem não trabalha.

## Quadro 2
## Sexo e trabalho do aluno




Rabello, em sua pesquisa de 1973, mostrava que o contingente dos estudantes que trabalhavam entre os homens era bem maior que entre as mulheres. Naquela época já havia um relativo equilíbrio entre os alunos quanto ao sexo, à base de 55,3% do sexo masculino é 44,7% do feminino. Em nossa amostra, apesar de a população estudantil distribuir-se igualmente entre estudantes homens e mulheres - inclusive com uma pequena predominância das mulheres (54,3%) -, existem também mais homens trabalhando: 59% dos estudantes homens trabalham contra 51 % das mulheres (Quadro 2).

Antes de avançar na análise, é necessário fazer algumas considerações sobre o que é o trabalho para o estudante universitário. Ou melhor, o que o estudante identifica como trabalho quando responde afirmativamente ao questionário.

O trabalho nem sempre significa carteira assinada, estabilidade no emprego, salário certo no final do mês. Ou seja, o estudante que diz trabalhar nem sempre tem um emprego. Na maioria das vezes presta serviços pelos quais recebe uma remuneração: aulas particulares, copidescagem, datilografia, tradução, participação em feiras e eventos sazonais, transcrição de fitas de pesquisa e tantas outras, são ocupações periódicas, mas nem por isso desconsideradas quando o assunto é "trabalho". Trabalhar significa, em muitos casos, obter alguma renda desempenhando uma tarefa qualquer. Quando afirmam que trabalham, os estudantes nem sempre estão em exercício - e, conseqüentemente, não têm nenhuma renda, - mas, invariavelmente, estão dispostos a executar tarefas que lhes rendam algum dinheiro. Enfim, esses estudantes se definem como participantes do mercado de trabalho.

É essa auto-avaliação que tomamos em conta para interpretar os dados sobre o trabalho do estudante. Se mais da metade

da amostra diz que trabalha, e daqueles que não trabalham boa parte diz pretender trabalhar antes do término do curso, o trabalho é uma dimensão fundamental na vida dos jovens. Funciona tanto para sua manutenção enquanto estudantes quanto como uma referência simbólica nessa fase de transição que tangencia o mundo adulto. Visto por este ângulo, o trabalho evoca o tema da autonomia, tanto pelo lado da auto-suficiência em relação à família, quanto pelo que essa autonomia possibilita, que é o engajamento em um estilo de vida jovem: condições de moradia, consumo, lazer etc.

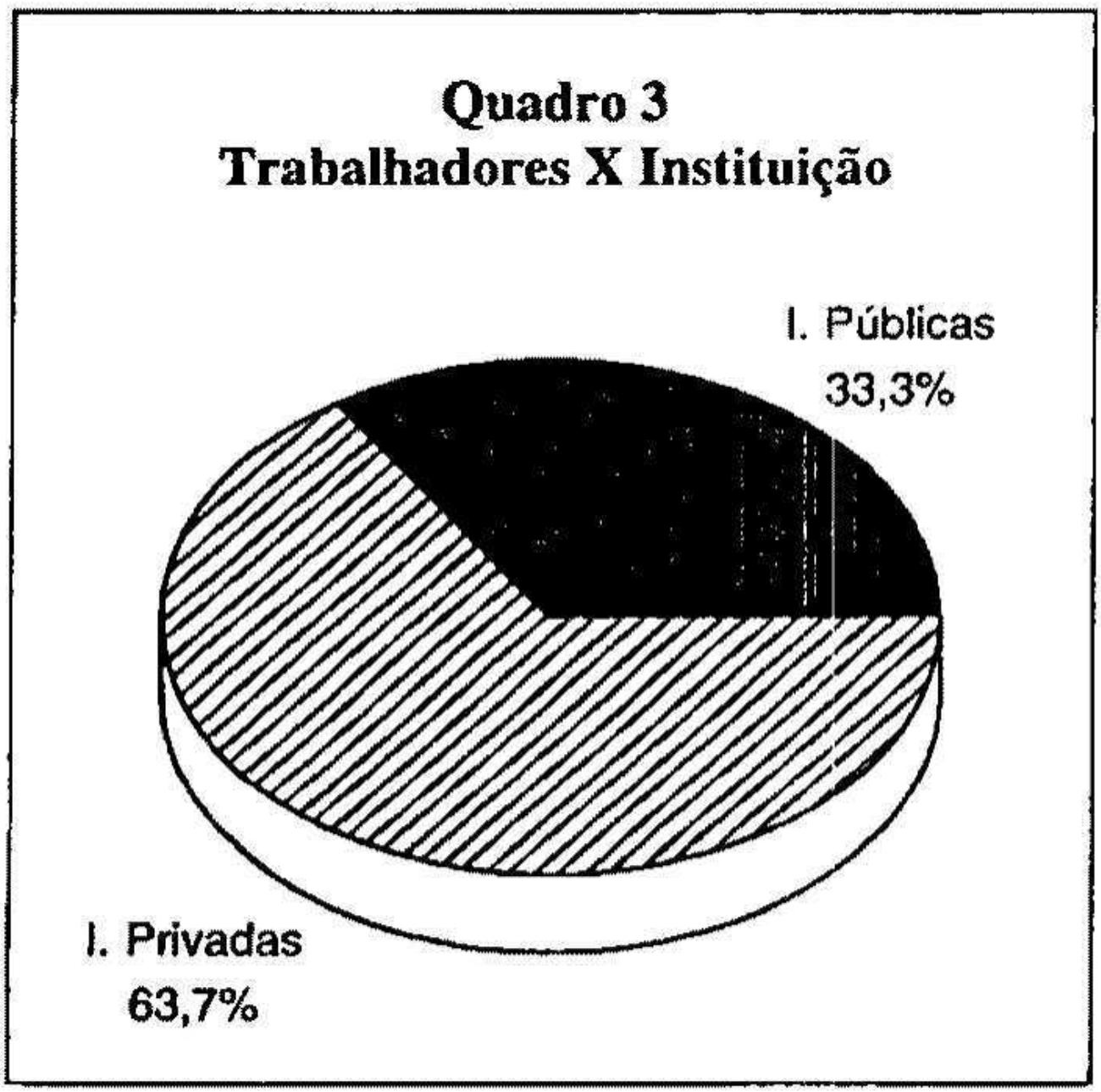
O trabalho para o universitário tem um sentido muito mais amplo que os determinantes de ordem financeira que atuam para a sua entrada no mercado de trabalho. Nem sempre as ocupações instáveis a que se dedicam permitem uma real independência da família. Mas é preciso compreender que as mudanças no mercado de trabalho tornaram os empregos mais provisórios e as mudanças entre as relações entre as gerações tornaram tolerável um alargamento do período de semi-dependência financeira.

Os dados que seguem, ainda que muitas vezes discutidos a partir de variáveis sócio-econômicas, procuram, na realidade, desenhar as condições que determinam o trabalho do estudante universitário e o que isso representa em termos da construção de uma identidade jovem.

**Trabalho, carreiras e instituições**

O trabalho do estudante, como indicamos acima, está determinado pela própria condição de estudante. Cabe perguntar qual o cálculo de custo-benefício feito pelo estudante quando decide conciliar trabalho e estudo. Ou seja, que fatores orientam sua entrada no mercado de trabalho?

A universidade, como se sabe, não é homogênea. As exigências de cada curso são distintas. Alguns funcionam em período integral e supõem total dedicação, outros têm carga horária menor e podem ser diurnos ou noturnos. Também a avaliação do aprendizado varia entre instituições e cursos, utilizando critérios mais rígidos ou mais frouxos. As instituições privadas estabelecem mensalidades muito diversas, mesmo quando comparamos os mesmos cursos. Estão também muito dispersas no espaço urbano, tornando-se mais acessíveis para alguns estudantes e mais distantes para outros. Considerando a heterogeneidade desse sistema de ensino superior, é evidente que a combinação do estudo com o trabalho depende das facilidades ou dificuldades que cada carreira impõe. O percentual de estudantes que trabalham nas instituições públicas é equivalente ao de estudantes não trabalhadores das instituições privadas. Ou seja, 33,2% dos estudantes das públicas trabalham contra 66,9% nessa situação no setor privado.



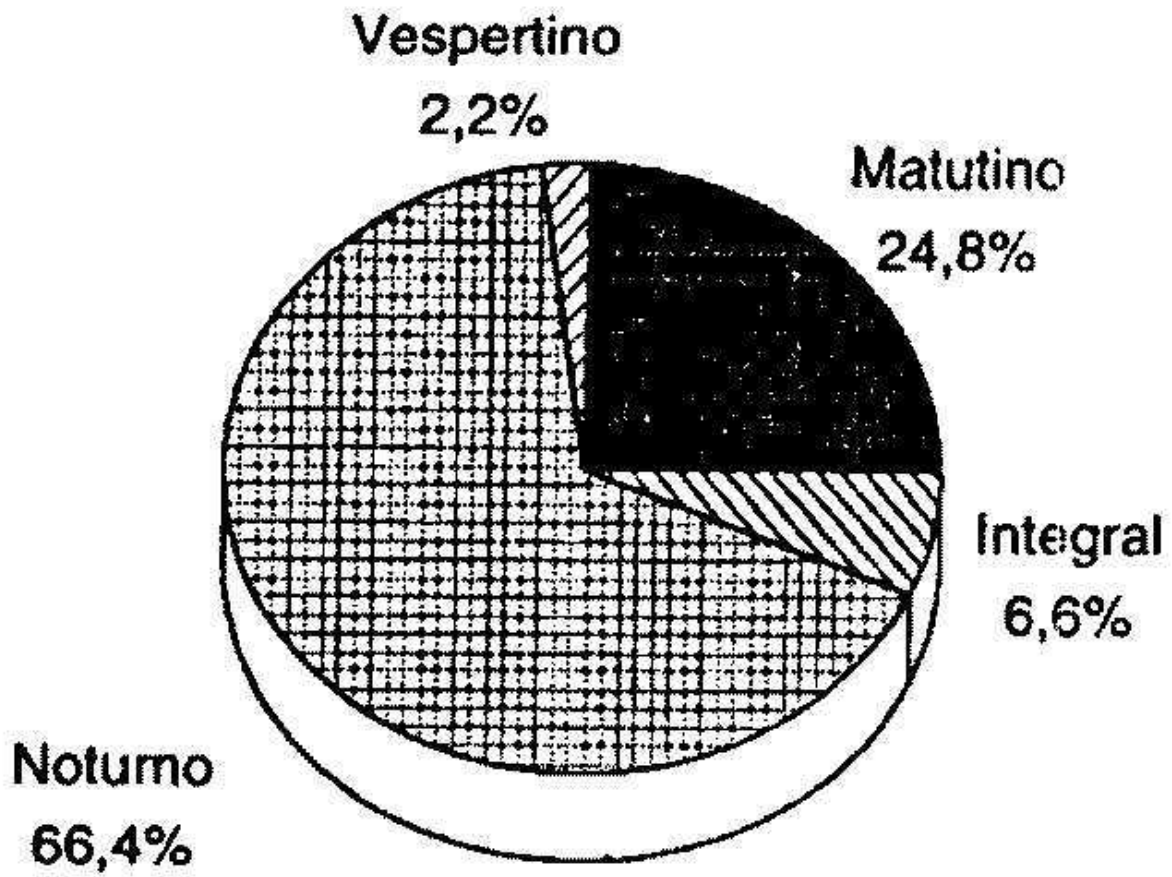

As distinções entre os estudantes de instituições públicas e de instituições privadas já há algum tempo vêm sendo objeto de discussão. Não só os planejadores de políticas educacionais têm se ocupado do tema como, de forma cada vez mais freqüente, a mídia tem alimentado a discussão. Muito recentemente, uma reportagem com o título "Universidade Pública não é lugar de estudante pobre", publicada no jornal O Esta*do de São Paulo*, mostrava que, no Brasil, o ensino superior público não se destinava, como deveria, segundo a reportagem, aos estudantes carentes. Ao contrário, em escolas como a USP só os estudantes das camadas mais altas teriam acesso. Na primeira parte da matéria foram utilizados dados de uma pesquisa realizada pelo NAEG/LTSP sobre o perfil do vestibulando desta instituição.**(15)** Na segunda parte, a reportagem descreveu o cotidiano de dois estudantes: o primeiro, de classe média alta, cursa arquitetura e urbanismo na USP, fez primeiro e segundo graus em escolas particulares, tem carro, o que faz com que dispenda pouco tempo com transporte, e não trabalha. O segundo não desfruta dessa situação privilegiada. Sempre freqüentou escolas públicas, mora em São Miguel Paulista, trabalha em São Paulo como arte-finalista em uma agência de propaganda e cursa publicidade e propaganda na Universidade Mogi das Cruzes. Sem carro, percorre cerca de duzentos quilômetros por dia, entre ônibus, metrô e trem, para poder trabalhar e estudar. O cotidiano desses estudantes servia para ilustrar, de forma contrastiva, o perfil do estudante de uma instituição pública como a USP, e o perfil de milhares de estudantes de escolas privadas. Contrapõe os privilegiados aos estudantes trabalhadores, excluídos do sistema público.

Embora essa situação seja, em parte, verdadeira, esse tipo de análise leva a uma visão caricatural dos estudantes. Por trás dessa caracterização contrastiva, encontramos um estudantado muito diversificado tanto no interior do setor público como no privado.

É preciso analisar as exigências de desempenho de cada carreira ou curso para compreender como opera esse processo seletivo.

Estudando o perfil dos estudantes de diferentes carreiras, verificamos que algumas se caracterizam por uma clientela bastante homogênea do ponto de vista da renda e que outras recebem estudantes que se distribuem por todas as faixas de renda, ainda que essa distribuição não seja equilibrada. Mas não se deve identificar as carreiras em que o grupo de estudantes é homogêneo como cursos de elite. Tanto pode ser um grupo homogêneo porque oriundo das camadas médias e altas, quanto pode congregar estudantes de origem mais pobre e sem tradição familiar em cursos universitários. Essa seleção depende dos critérios de acesso a esses cursos e das facilidades que oferecem ou não para a incorporação de estudantes-trabalhadores. Por outro lado, as carreiras que recrutam uma clientela heterogênea não são, como se poderia supor, as mais democráticas. Incluem todas (ou quase todas) as faixas de renda, o que significa que convivem pobres e ricos, ambos com proporções muito diferentes. Provavelmente esses cursos admitem alguma flexibilidade no desempenho dos estudantes, o que garante um pequeno espaço para as camadas menos favorecidas.

## Quadro 4
## Período do curso dos que trabalham




As carreiras socialmente homogêneas e heterogêneas podem ser identificadas tanto no interior do setor público como no do privado. Sob essa perspectiva, a vinculação do estudante que trabalha com uma instituição pública ou privada é apenas uma das dimensões da análise e não um condicionante para a entrada do jovem no mercado de trabalho.

O horário dos cursos é fundamental nesse sentido. Dos estudantes que trabalham, 93,4% freqüentam cursos ministrados em período parcial: 66,4% são estudantes do noturno, 27,0% de cursos diurnos e apenas 6,6% são alunos de período integral.

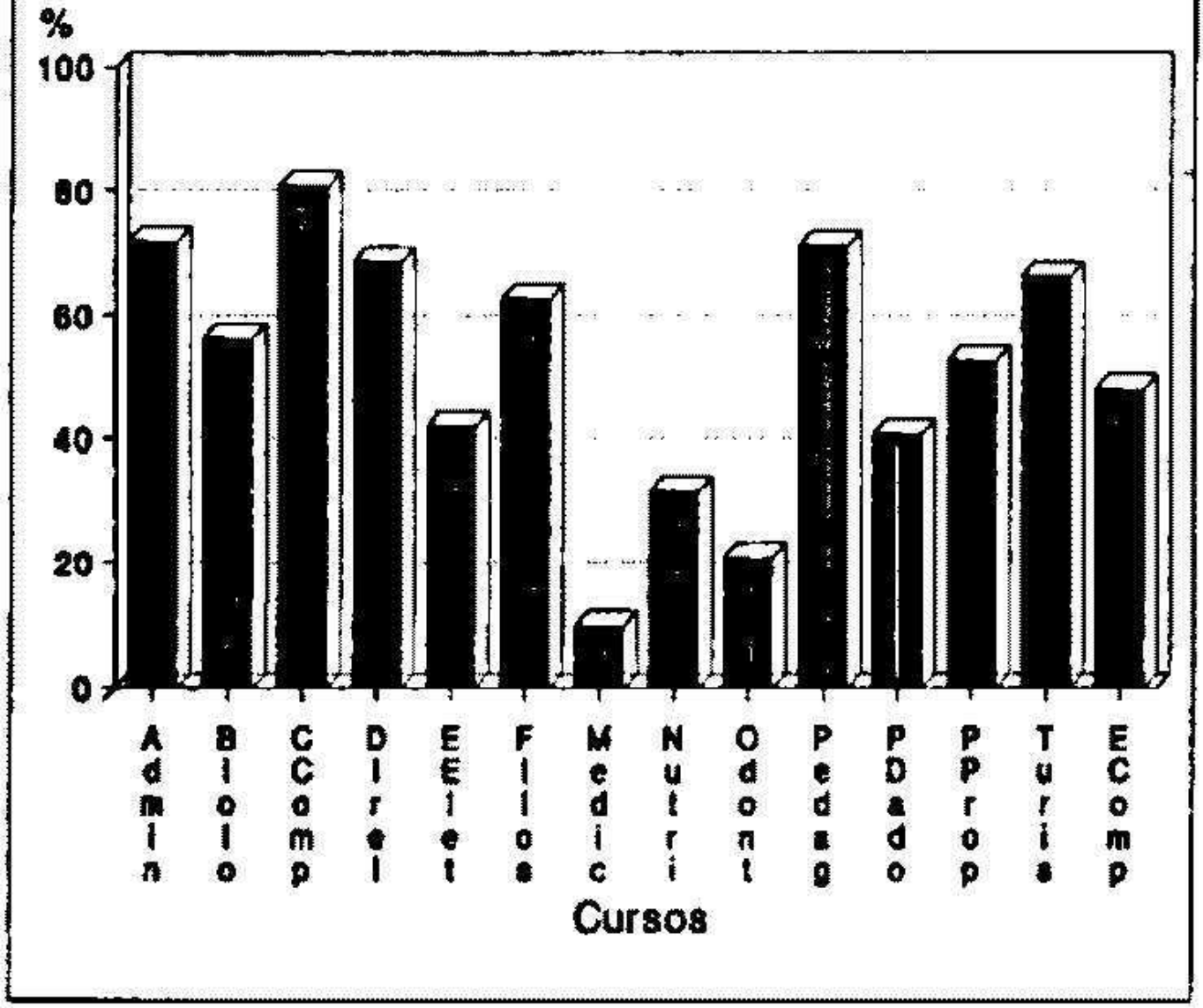
Devemos, então, perguntar: que carreiras e que áreas do conhecimento propiciam ou impossibilitam o trabalho do estudante?

# Quadro 5 - Estudante que Trabalha por Área do Conhecimento

| | Trabalha | Total |
|---|---|---|
| Humanidades | 67.4% | 1431 |
| Exatas | 51.3% | 269 |
| Biológicas e Saúde | 21.7% | 521 |
| Total | 54.8% | 2221 |

Conforme indica o quadro acima, os cursos da área da Saúde e Biológicas, selecionados em nossa amostra, são os que apresentam os menores percentuais de estudantes que trabalham. Isso ocorre porque, em geral, seus cursos estão disponíveis apenas em período integral, o que torna inviável, na maioria dos casos, o engajamento do estudante em apenas uma atividade extra-escolar. Os cursos de odontologia, biologia, nutrição e medicina são exemplares nesse sentido. Dos 41 estudantes de odontologiaque trabalham, o que representa 20,9% do total de estudantes pesquisados nesse curso, 61,0% freqüentam o curso noturno da USP e apenas 12% são estudantes de uma universidade privada (Unicastelo). No caso dos cursos de biologia pesquisados, dá-se o inverso: dos estudantes que trabalham, apenas 25,8% são da Unicamp, onde o curso funciona apenas em período integral. A grande maioria (74,2%) de estudantes trabalhadores freqüenta uma escola onde o curso é ministrado em período noturno. Os estudantes do curso de nutrição parecem seguir a mesma tendência. Apesar de os estudantes trabalhadores constituírem pouco mais de um terço do total da amostra (31,8%), o período do curso é fundamental na distribuição desse contingente. Onde o curso é ministrado em período parcial (matutino), o percentual de estudantes que trabalham tende a ser cerca de três vezes mais elevado (76,2%) que em uma escola onde o curso funciona somente em período integral (23,8%). Já no caso de medicina, o percentual de estudantes que conciliam trabalho e estudo é bastante reduzido-9,8% (20), sendo que 90% dos casos são da escola de Jundiaí. Embora nessa escola o curso também exija de seus alunos, teoricamente, dedicação integral, na prática os horários são mais flexíveis, o que permite que o aluno trabalhe ou, ainda, não sendo morador da cidade, viaje diariamente.

## Quadro 6
## Distribuição dos estudantes que trabalham por curso




Já nos cursos da área de Humanidades e de Ciências Sociais Aplicadas, os estudantes trabalhadores são a grande maioria. Eles chegam a 72,0% nos cursos de administração de empresas, 71,3% no de pedagogia, 68,8% no curso de direito e 62,9% no de filosofia. Das carreiras mais recentes, de tipo vocacional, o curso de turismo é o que concentra o maior número de jovens que trabalha. Nesse curso 66,4% trabalham, contra os 52,7 % dos estudantes nessa condição no curso de publicidade e propaganda, por exemplo. Todos esses cursos são ministrados em período parcial, em todos os períodos (matutino, vespertino e noturno) ou em apenas um ou dois turnos. Nos cursos de pedagogia, administração de empresas, direito, filosofia e turismo, embora os estudantes que trabalham tendam a concentrar-se no período noturno, é bastante significativo o percentual de trabalhadores nos

demais períodos, conforme indica o quadro anterior (quadro 6).

**Quadro 7**
**Distribuição dos Estudantes que trabalham por curso e período**

| | Matutino | Vespertino | Noturno | Integral | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração | 26.0 | 2.7 | 71.4 | --- | 339 |
| Biologia | --- | --- | 74.2 | 25.8 | 31 |
| C. Computação | --- | --- | 100.0 | --- | 51 |
| Direito | 33.9 | --- | 66.1 | --- | 307 |
| E. Elétrica | --- | --- | 90.0 | 10.0 | 40 |
| Filosofia | --- | 27.3 | 72.7 | --- | 22 |
| Medicina | --- | --- | --- | 100.0 | 20 |
| Nutrição | 76.2 | --- | --- | 23.8 | 21 |
| Odontologia | --- | --- | 61.0 | 39.0 | 41 |
| Pedagogia | 16.7 | 3.9 | 63.7 | 15.7 | 102 |
| P. Dados | 44.4 | 22.2 | 33.3 | --- | 36 |
| P. Propaganda | 40.6 | --- | 59.4 | --- | 106 |
| Turismo | 19.5 | --- | 80.5 | --- | 87 |
| E. Computação | --- | --- | --- | 100.0 | 11 |
| Total | 301 | 27 | 806 | 80 | 1214 |
| | (24.8) | (2.2) | (66.4) | (6.6) | (100.0) |

Os cursos da área de Exatas, por sua vez, apresentam algumas peculiaridades. Embora quase todos sejam oferecidos em período parcial e integral (engenharia da computação na Unicamp é o único que funciona apenas em período integral), o que se verifica é uma distribuição equilibrada entre os alunos que trabalham e aqueles que não trabalham, com uma pequena margem de vantagem para estes últimos. Parece que o horário dos cursos, no caso das ciências exatas, tem um peso menor para o trabalho do estudante que as diferenças existentes entre as instituições onde eles são ministrados. Nos cursos da Unicamp, por exemplo, todos oferecidos nos períodos diurno, noturno e integral, o percentual de estudantes que trabalham é bastante baixo se comparado com o percentual encontrado nos mesmos cursos oferecidos por outras instituições pesquisadas. O caso da engenharia elétrica é um bom exemplo: enquanto na Unicamp apenas 12,9% dos estudantes trabalham, 16 em uma universidade privada- a Universidade São Francisco, em Itatiba, onde o curso só funciona no período noturno - os estudantes que trabalham chegam a 97,0%. Situação parecida é a do curso de processamento de dados: na FATEC, 33,3% dos estudantes, em um universo de 26, trabalham e distribuem-se de forma equilibrada nos três períodos de funcionamento do curso; na Faculdade Tabajara, escola isolada privada que oferece o curso somente no período noturno, 10 dos 11 estudantes pesquisados trabalham. Também no curso de ciência da computação em uma escola isolada – a Escola de Engenharia de Piracicabao percentual de estudantes trabalhadores é superior a 80%. Ainda nessa escola, o curso só é oferecido no período noturno. Como toda regra tem exceção, a nossa é o curso de engenharia da computação (Unicamp), de período integral, onde quase metade dos alunos pesquisados (47,8%) encontrava-se trabalhando. Esse alto percentual de trabalhadores - superior aos demais cursos de exatas selecionados da Unicamp - talvez possa ser explicado em função do programa de iniciação científica bastante difundido entre os alunos de Engenharia da Computação desta universidade.

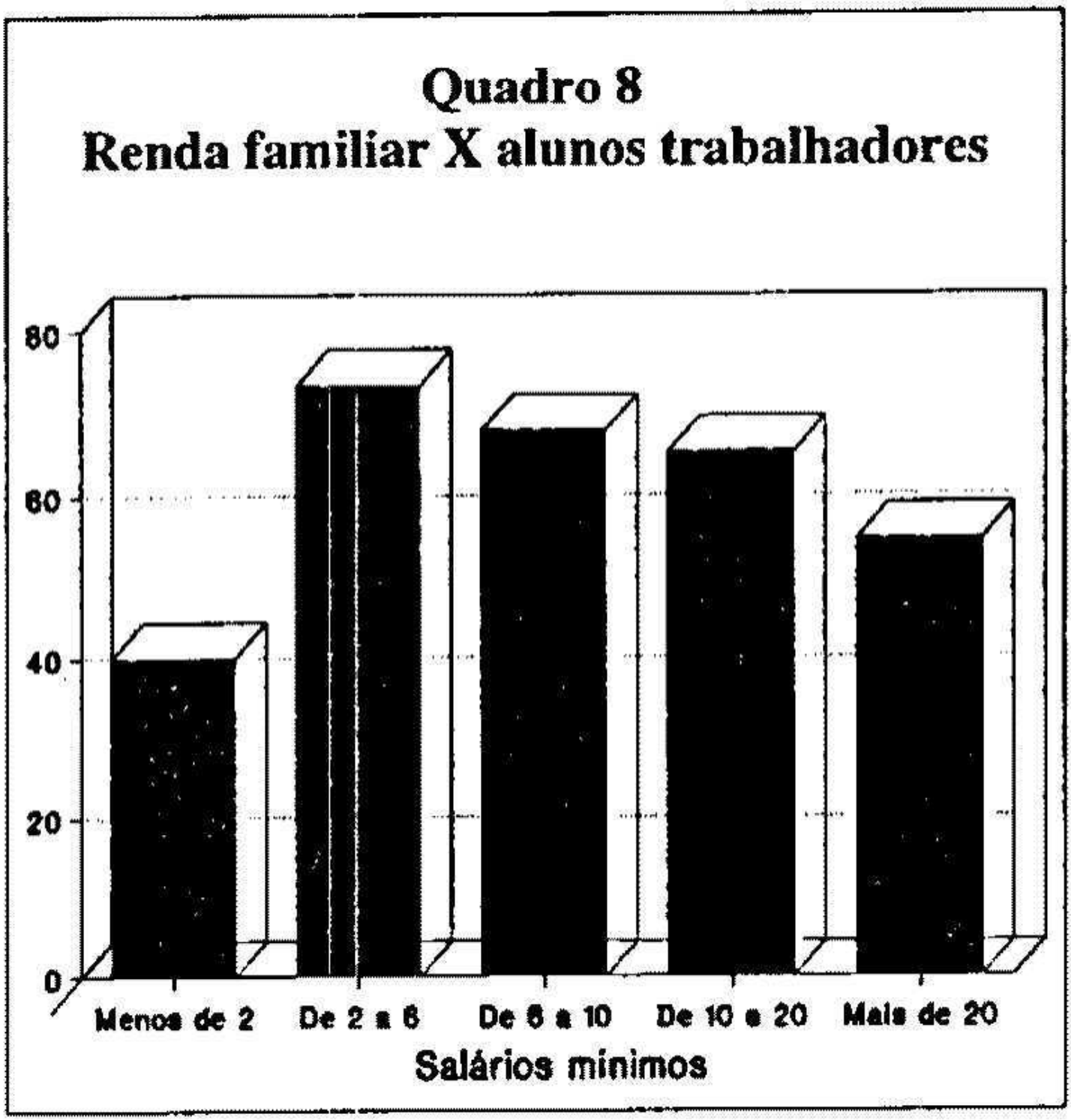
**Trabalho e família**

***Condicionantes sócio-econômicos***

Embora não seja determinante, a renda familiar é uma variável importante para a análise das condições sob as quais se realiza o trabalho do estudante. Com exceção da faixa inferior de renda - até dois salários mínimos -, existe uma correlação entre a renda familiar e o trabalho dos estudantes. Ou seja, conforme aumenta essa renda, o percentual de estudantes que trabalham tende a diminuir.

Na faixa de até dois salários mínimos, o que corresponde a 0,7% da amostra (10 estudantes), 40% trabalham. Na faixa de 2 a 6 salários, o percentual de trabalhadores é da ordem de 75,5%; na faixa seguinte, de 6 a 10 salários, 68,0% trabalham; na faixa de 10 a 20 são 65,3%; e na faixa de mais de 20 salários, 54,6%. Malgrado a existência dessa correlação, o que chama a atenção é que o percentual de estudantes que trabalham, mesmo na faixa mais alta de renda - mais de vinte salários mínimos - se mantém superior a 50% para o conjunto dos cursos. Isso permite colocar o trabalho do estudante não estritamente preso a uma dimensão econômica. Nos cursos de nutrição, engenharia da computação, direito e mesmo no de medicina, a maior parte dos estudantes que trabalham tem uma renda familiar superior a 20 salários mínimos.

**Quadro 8**
**Renda familiar X alunos trabalhadores**



Outra correlação existente é entre o trabalho do estudante e o grau de instrução dos pais. Conforme aumenta a escolaridade tanto do pai como da mãe, diminui o percentual de estudantes que trabalham. Essa correlação existe de forma muito mais acentuada que em relação à renda familiar. Dos estudantes que têm pais com formação universitária, 41,5% trabalham. Dos filhos de pais com pósgraduação, o percentual de estudantes trabalhadores cai para 29,3%. No caso das mães com formação superior, 35,5% trabalham; com pós-graduação, 36,9%. Em contrapartida, 89,1% dos estudantes com pais analfabetos ou semi-alfabetizados trabalham; no caso das mães nessa condição, os estudantes que trabalham representam 84,7%. Nos graus de instrução "primário", "ginásio" e "colegial", tanto para os pais como para as mães, os percentuais de estudantes trabalhadores ficam em torno de 75%, 60% e 50% respectivamente.

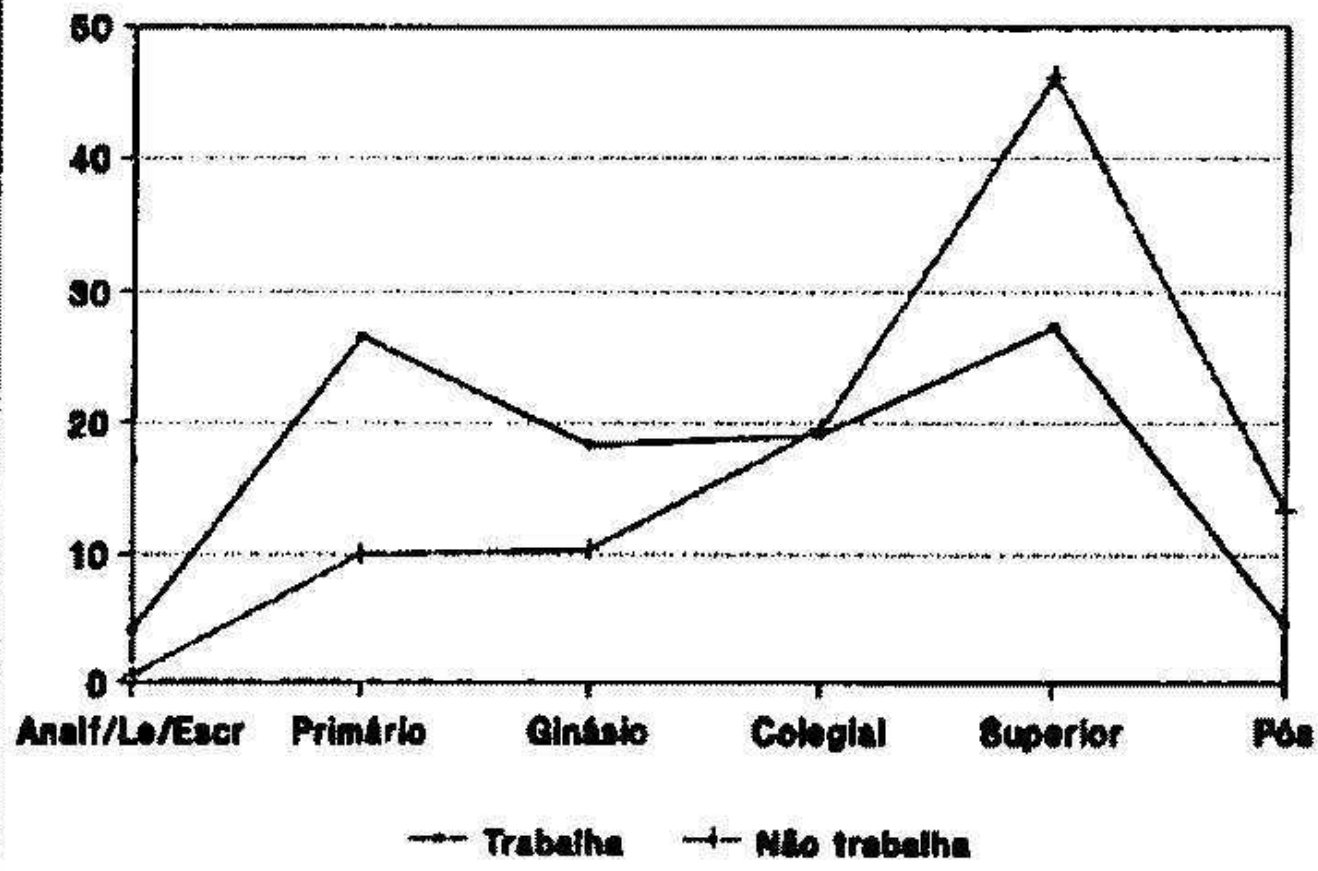
O baixo percentual de estudantes que trabalham entre os filhos de pais (mãe e pai) com formação de nível superior ou pós-graduação - o que não necessariamente corresponde às faixas de renda mais altas - parece sugerir uma supervalorização, por parte desses pais, de uma formação universitária, em que se considera a graduação como insuficiente para a vida profissional. Embora essa correlação tenha se verificado somente nos casos de pais com formação universitária e pósuniversitária e não em termos de uma vinculação de classes, vários estudos têm enfatizado que o investimento no estudo do filho é uma estratégia recorrente nas classes médias.

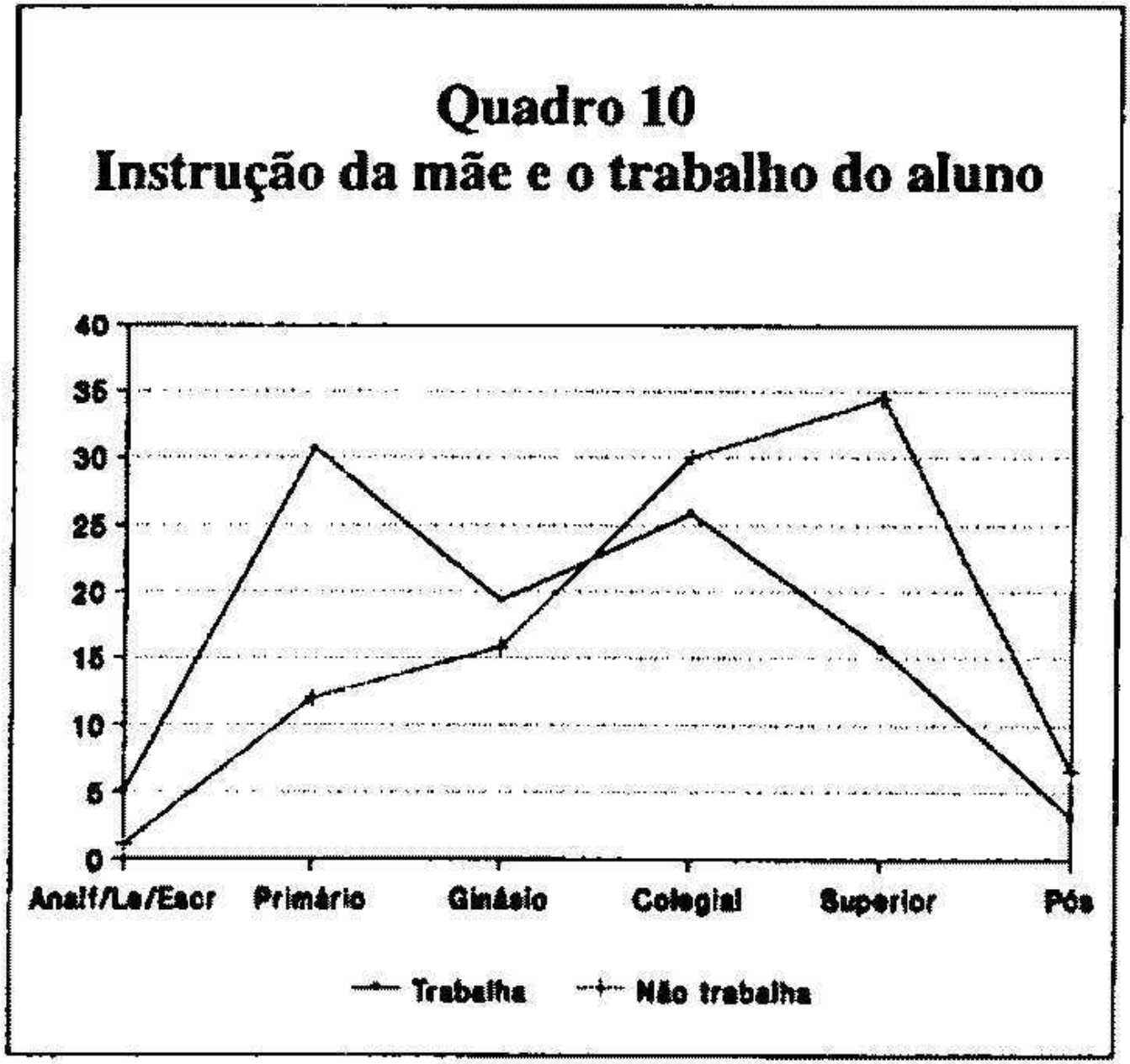
Segundo Rabello, o jovem que não trabalha estaria, na realidade, retardando o acesso a esta autonomia e isso ocorre, muitas vezes, com o estímulo de seus próprios pais.

"Essa situação (o prolongamento da situação de dependência do jovem) é agravada pelas alterações da estrutura familiar, onde os pais renunciam a muitos de seus papéis, principalmente o de orientação para a vida. Muitos pais, não aceitando a idéia de trabalho para seus filhos, sacrificam-se para mantê-los como *bons* estudantes, havendo, especialmente nas camadas médias, um anseio e um esforço em prolongar a dependência afetiva e econômica dos filhos". **(17)**

Conforme também observou Schmith em uma pesquisa recente realizada com jovens portugueses de diferentes camadas sociais: "Numa linguagem antropológica é uma espécie de `doação' em estudos. Trata-se, afinal, de uma forma de `herança' mais adaptada às novas formas de vida e que é capital cultural mas também econômico. As estratégias familiares das classes superiores e médias estabilizadas ou em processo de mobilidade social ascendente, visando a assegurar um futuro de independência dos filhos, passam pelo prolongar da situação de dependência dos jovens, em contrapartida de uma mais sólida formação".**(18)**

# Quadro 9
## Instrução do pai e o trabalho do aluno





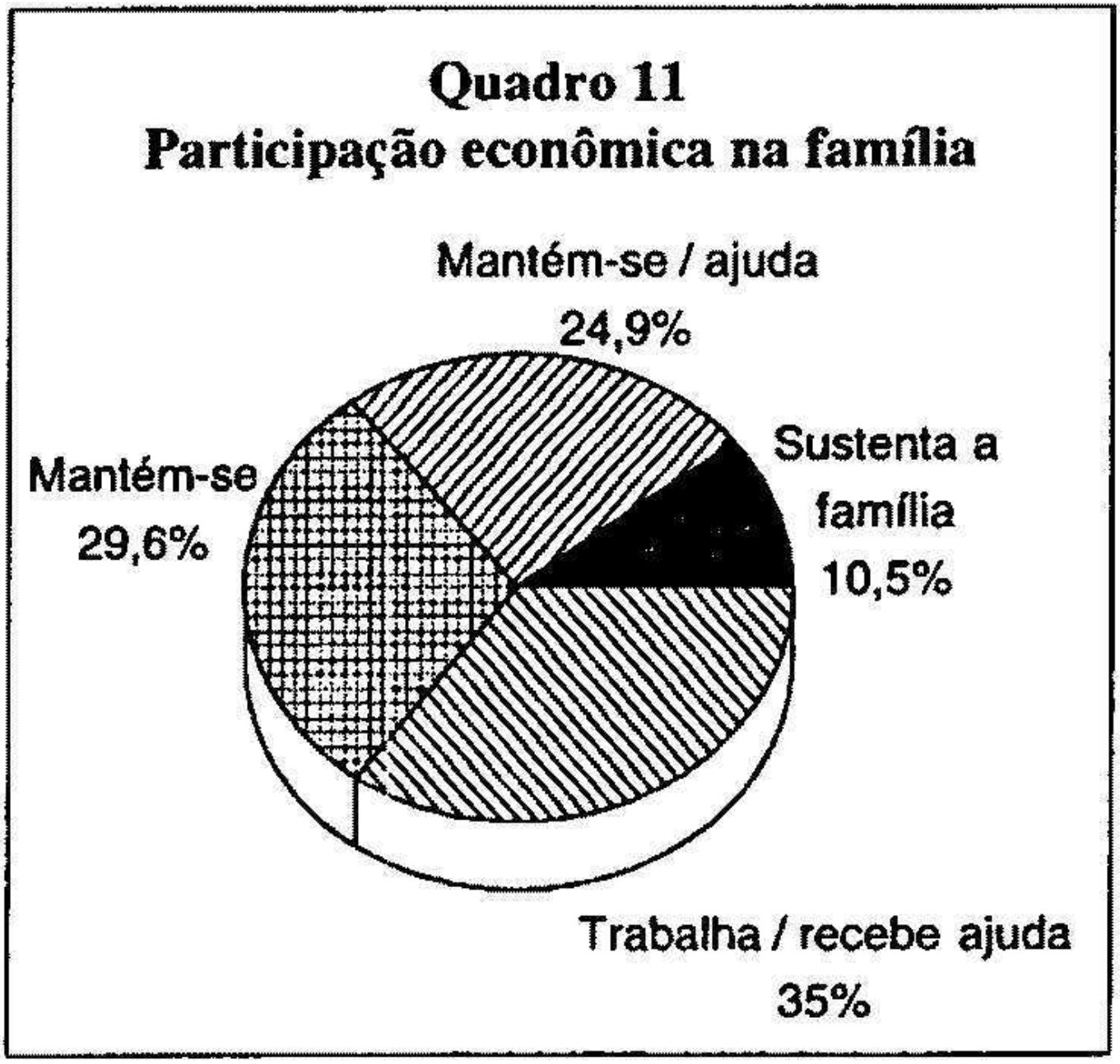

**Autonomia e dependência: duas faces da relação do jovem com a família**

A idéia de que o jovem que trabalha é arrimo de família ou à. de que a necessidade de manutenção da família é o que leva o estudante a entrar precocemente no mercado de trabalho deve ser revista. Essa situação corresponde a pouco mais de 10% dos casos. Embora pouco significativa em termos percentuais, não dispensa explicações. Em termos absolutos são 129 estudantes. Embora estejam distribuídos em 13 cursos diferentes, inclusive nos de medicina, odontologia e engenharia elétrica- onde, conforme vimos, o percentual de estudantes trabalhadores é pouco significativo, - esses estudantes se concentram em três: direito (41,9% ou 54 casos), administração de empresas (29,5% ou 38) e pedagogia (7,0% ou 9 casos). Têm, em sua grande maioria (81,4%), mais de 25 anos, sendo que 60,5% têm mais de 29 anos. 0 estado civil também é outra variável importante: 79,8% (103) são casados e 8,5% (11) separados. Os solteiros perfazem 10,1 % (13) desse universo. O trabalho do universitário, nessas condições, parece não corresponder à situação do estudante que trabalha, mas, inversamente, à do trabalhador que estuda. A opção é pela extensão da escolaridade. São pessoas mais velhas, já inseridas no mercado formal de trabalho, que moram com

famílias que constituíram. Nesses casos, sustentar a família significa não a família de origem e sim a própria - mulher ou marido e filhos.

Com bem raras exceções - apenas um caso em toda a amostra-, o estudante típico -jovem e solteiro - que trabalha não o faz para sustentar sua família de origem. Seu trabalho significa, paradoxalmente, a possibilidade de postergar sua entrada no mercado de trabalho. Em outros termos, o trabalho do estudante é, em muitos casos, o que lhe permite freqüentar um curso superior. Nessa situação incluem-se tanto os estudantes que disseram ajudarem casa além de se manter, como os que afirmaram apenas se manter ou ainda aqueles que disseram receber ajuda da família, além de sua própria renda. Em todos os casos, e independentemente da necessidade da família, o trabalho tem um caráter complementar à renda familiar, uma vez que responde pela manutenção total ou parcial de um de seus membros. Entretanto, o sentido de uma complementação à renda familiar apresenta também o seu reverso: não a idéia de soma, mas de subtração, de uma separação. Ou seja, a eventual complementação à renda familiar, mesmo que o estudante em nada contribua, mas apenas se sustente, passa a significar maior ou menor autonomia do jovem em relação à família. Quando o jovem insiste em dizer que está procurando emprego ou ainda que trabalha, mesmo ocasionalmente como free-lancer, a idéia que passa é menos a de complementar a renda familiar que a de subtrair seus gastos do orçamento da família.

## Quadro 11
## Participação econômica na família




No conjunto de todos os cursos pesquisados, 34,9% dos estudantes trabalhadores disseram receber ajuda da família, 29,5% afirmaram manterse e 25,0% declararam manter-se e ajudar em casa.l9 Com exceção dos cursos de engenharia elétrica, filosofia e pedagogia, em que os percentuais de estudantes que se mantêm e que também ajudam a família são superiores aos percentuais de estudantes que recebem ajuda além do próprio salário, nos demais cursos a regra é receber ajuda da família. Isso ocorre inclusive nos cursos de direito e administração de empresas, onde os estudantes se distribuem de forma mais equilibrada nas diferentes situações.

**Quadro 12**
**Participação econômica na família, segundo a instituição**

| | I. Públicas | I. Privadas | Total |
|---|---|---|---|
| Sustenta família | 10.6 | 10.5 | (10.5%) |
| Mantêm-se/ajuda | 17.2 | 26.7 | (24.9%) |
| Mantêm-se | 29.5 | 29.6 | (29.6%) |
| Trab/recebe ajuda | 42.7 | 33.3 | (35.0%) |
| Total | 199 (100%) | 667 (100%) | 1225 (100%) |

Funcionando tanto como um estímulo para o estudante procurar emprego como sendo ela própria reforçada pelo trabalho, a idéia de autonomia tem uma eficácia simbólica na construção de uma certa identidade jovem que em nada prejudica a avaliação, por parte desses mesmos jovens, de que a família continua "ajudando".

Esse fenômeno também foi apontado por Schmith. Segundo sua pesquisa, os jovens, mesmo quando trabalhavam, continuavam mantendo em relação à família graus de dependência variados em termos de moradia ou ainda em termos monetários para cobrir suas despesas de consumo e lazer.

"Se analisarmos o pagamento das despesas à luz da variável independência monetária cruzada com as classes, vemos que, independentemente da origem social dos jovens, as despesas da casa são esmagadoramente cobertas pelas famílias não só dos que se encontram em situação de semi-dependência, como também dos monetariamente independentes". **(20)**

Nas instituições públicas - USP, FATEC e UNICAMP -10,6% sustentam a família, 17,2% se mantêm e ajudam em casa, 29,5% se mantêm e 42,7% recebem ajuda da família além da própria renda. Em três cursos da área de Biológicas e Saúde não foram encontrados casos de estudantes que sustentam ou ajudam a família; os poucos que trabalham estão concentrados nas duas últimas situações (caso da biologia) ou apenas na última (caso de medicina e nutrição). Já nas instituições privadas, os estudantes estão distribuídos de forma mais equilibrada: 10,5% sustentam a família, 26,7% se mantêm e ajudam em casa, 29,6% apenas se mantêm e 33,3% trabalham e ainda recebem ajuda da família.

Apesar de algumas diferenças na distribuição dos estudantes nas situações de (in) dependência em relação à família, segundo os dois tipos de instituições, o que se nota é que tanto nas públicas como nas privadas o percentual dos que trabalham e ainda recebem ajuda da família é superior a qualquer outra situação considerada. Mais uma vez, as diferenças entre as carreiras sobrepõem-se às diferenças entre os setores público e privado. Analisando somente os cursos do setor privado, por exemplo, vemos que no curso de odontologia (UNICASTELO), além de ser bastante inexpressivo o percentual de estudantes que trabalham, nenhum deles declarou sustentar a família. Em contrapartida, administração de empresas e direito são os cursos que apresentaram maior percentual de estudantes que sustentam a família, bem como o maior percentual de estudantes mais velhos e casados.

**Quadro 13**
**O Trabalho e as Condições de Moradia do Estudante**

| | Com os pais | Com parentes | Com amigos | Vaga/quarto | Sozinho | Com cônjuge | Alojamento estudantil | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Trabalha | 71.1 | 3.9 | 6.1 | 0.5 | 4.1 | 12.9 | 1.4 | 1207 |
| Não trabalha | 64.1 | 6.9 | 15.5 | 2.2 | 5.2 | 3.0 | 3.1 | 1004 |
| Total | 1502 | 116 | 230 | 28 | 101 | 186 | 48 | 2211 |

Nos cursos de nutrição e publicidade e propaganda nenhum estudante que trabalha disse sustentar sua família. Já no curso de processamento de dados, o percentual de estudantes que se encontravam nessa situação é da ordem de 20,0%. Para cada uma das demais situações - manter-se e ajudar em casa, manter-se ou ainda receber ajuda da família, além dos próprios rendimentos - o percentual de estudantes fica em torno de 30%. Os cursos que apresentaram o maior percentual de estudantes que mesmo trabalhando ainda recebem ajuda da família são os de nutrição (75,0%), medicina (43,8%), turismo (36,6%) e também o de administração de empresas (37,3%).

O grau de dependência em relação à família varia também em função da condição de moradia do estudante, embora o fato de não morar com os pais não implique, necessariamente, maior autonomia financeira. Inversamente, morar com a família também não significa total dependência.

Considerando as condições de moradia dos estudantes que trabalham, a grande maioria (71.,1 %) mora com os pais; em segundo lugar - bem atrás, representando 12,9% dos casos - estão os que moram com cônjuges. Morar sozinho, com amigos ou em sistema de pensionato (vagas em quartos) representa pouco mais de 10% dos casos.

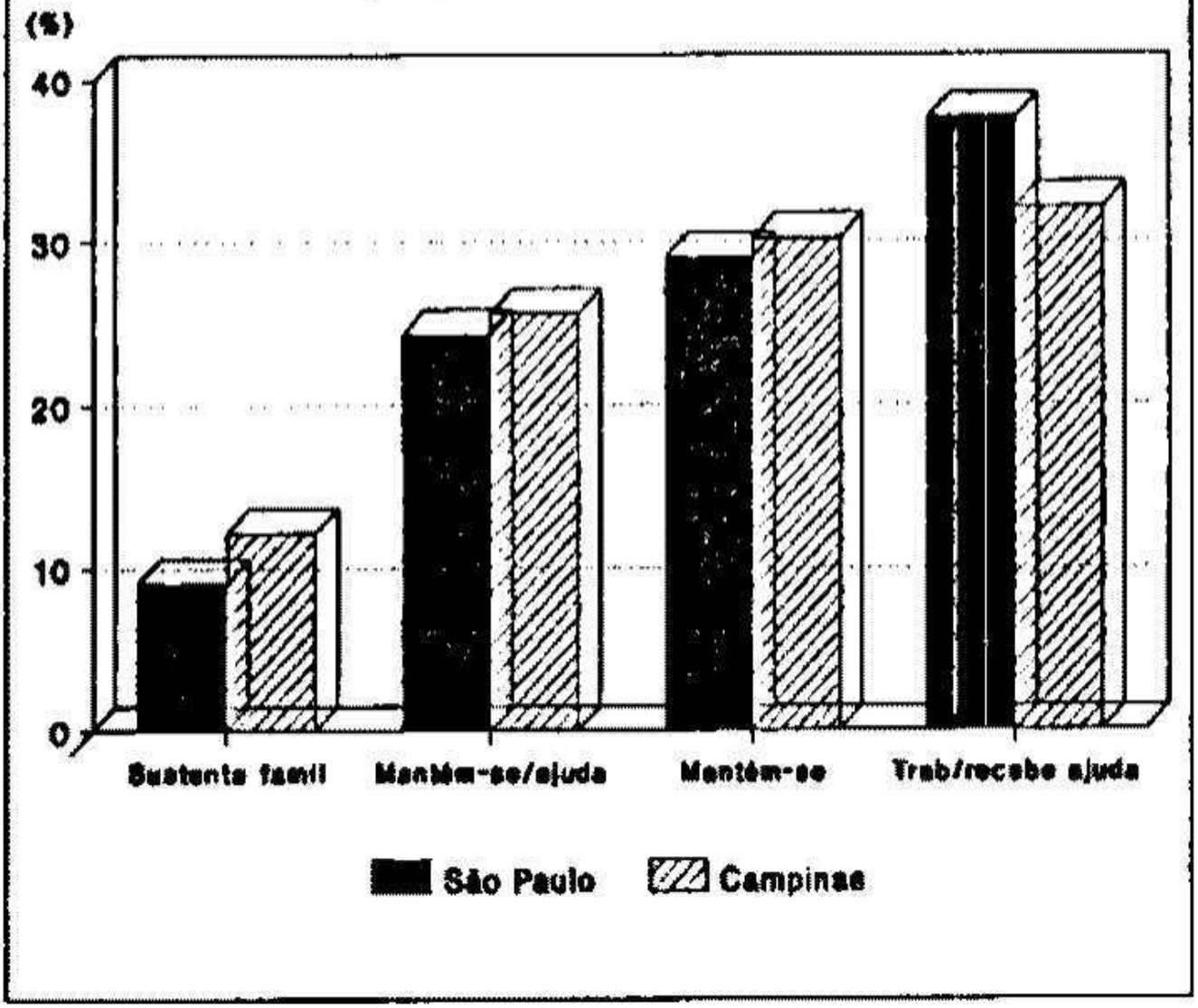
O fato de não trabalhar também não significa que o jovem não tenha outras opções além da casa dos pais. Comparativamente com os estudantes que trabalham, entre os jovens que só estudam é menor o percentual dos que moram com a família (64,1 %) e maior o contingente dos que moram com amigos, sozinhos ou em sistema de pensionato (22,9%). Trabalhando ou não, são bem poucos os casos de jovens que vivem em alojamento estudantil, que é um tipo de moradia exclusivo dos estudantes de instituições públicas - USP e UNICAMP. Eles são 2,2% do total dos casos, sendo que, dentre eles, o percentual dos que não trabalham (64,6%) é bem maior que o percentual dos que trabalham.

Por sua vez, os dados sobre o trabalho do estudante indicam que na malha de Campinas os estudantes trabalham um pouco mais que em São Paulo: 61,0% contra 50,3%, respectivamente. Somente em um curso os estudantes de São Paulo trabalham mais que os de Campinas. São os alunos do curso de pedagogia da PUC, onde 81,0% trabalham. **(21)** Essa mesma carreira, na malha de Campinas, onde foram pesquisados alunos de duas instituições, apresenta um percentual de estudantes trabalhadores da ordem de 64,7%.

Quanto ao grau de dependência dos estudantes que trabalham em relação a suas respectivas famílias, existem também algumas diferenças. Na malha de São Paulo, apenas 9,2% disseram sustentar a família, ao passo que na malha de Campinas, 12% dos estudantes trabalhadores afirmaram encontrar-se nessa situação. Na malha de Campinas, os percentuais de estudantes que disseram manter-se e ajudar em casa ou apenas manter-se, são um pouco superiores ao encontrado entre os estudantes de São Paulo. Em São Paulo é da ordem de 24,2% e 28,6% respectivamente. Na malha de Campinas, 25,8% e 29,8% respectivamente. Os estudantes que, apesar de trabalhando, ainda recebem ajuda da família, são 37,3% na malha de São Paulo e 31,8% na de Campinas.

Entre os estudantes de São Paulo que trabalham, independentemente de sustentar a família ou, inversamente, dela receber ajuda, a grande maioria é da própria cidade ou da região da Grande São Paulo. No caso dos estudantes trabalhadores da malha de Campinas, tanto dos que sustentam a família como daqueles que recebem ajuda da família, a maior parte é proveniente do interior do estado, incluindo a cidade de Campinas.

# Quadro 14
## Participação econômica na família
## (Malha Campinas e São Paulo)




Embora nem todos os estudantes de Campinas sejam migrantes, é grande, nessa malha, o percentual de jovens de fora, que se mudaram para Campinas devido aos estudos. Do total da amostra, cerca de 62,8% dos que moram com os pais são de São Paulo, ao passo que em Campinas eles são apenas 37,2%. Já dos que moram com amigos, a grande maioria é de Campinas (68,8%). Apesar de poucos estudantes morarem em alojamento estudantil - apenas 48 entrevistados -, 64,6% dos casos também são de Campinas.

A partir do cruzamento dos dados sobre condição de moradia, trabalho e grau de dependência do estudante em relação à família, podemos sugerir algumas interpretações.

Em primeiro lugar, o trabalho do estudante não lhe confere autonomia de residência, uma vez que dentre os que trabalham mais de 70% moram com os pais. Inversamente, entre os que dividem casa com amigos ou moram sozinhos, o percentual de não trabalhadores é maior. Nesses casos, a independência residencial é mantida à custa de uma dependência financeira total em relação à família. São os estudantes que saem de casa para estudar.

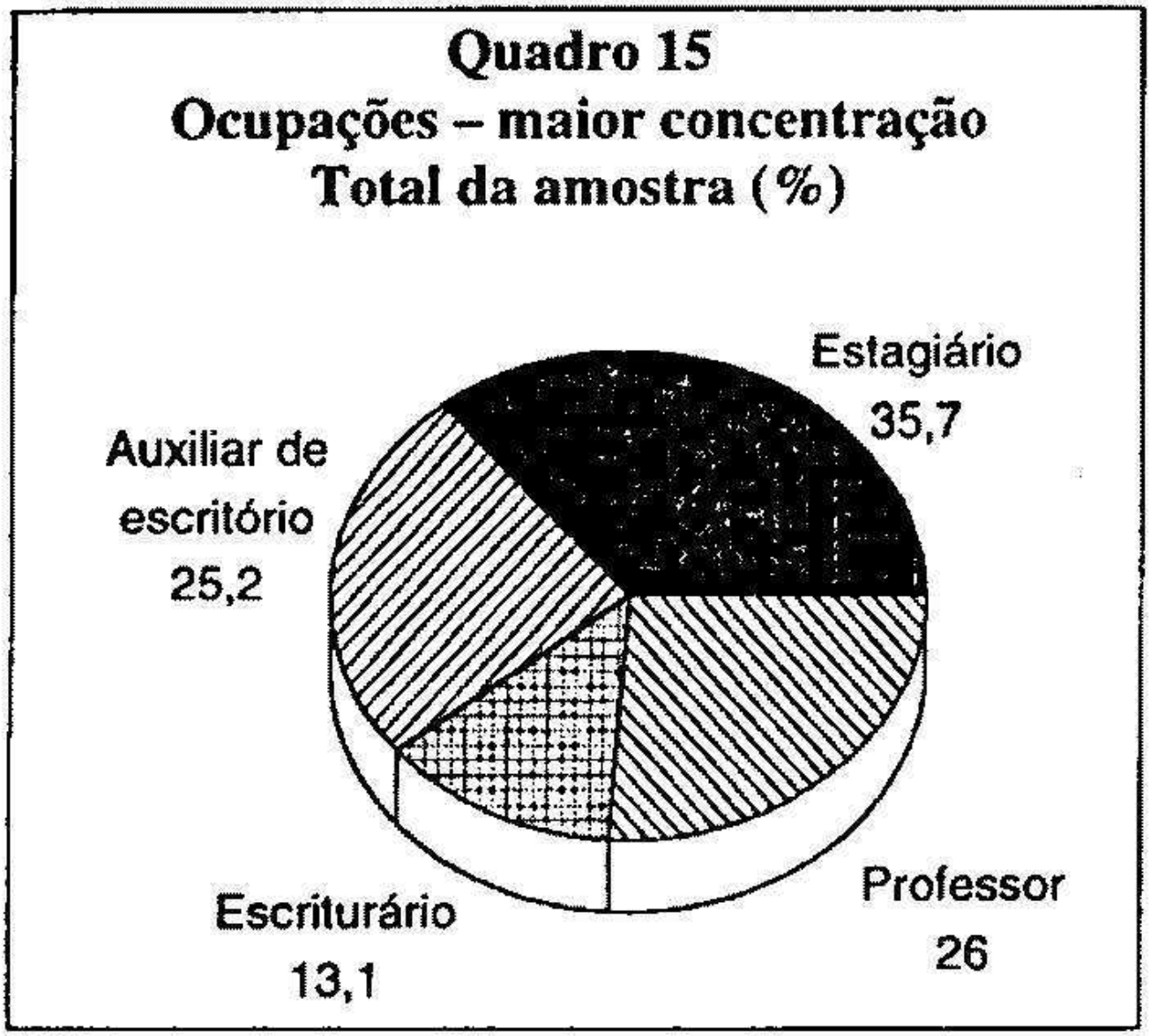
Em segundo lugar, o fato de em Campinas encontrarmos mais estudantes trabalhadores que em São Paulo não deve ser associado ao processo de migração de estudantes para essa região, mas ao contingente de jovens da própria cidade e região que freqüentam escolas superiores que não atraem estudantes de fora. Ou seja, são os estudantes de origem local ou das cidades vizinhas que moram com suas famílias e freqüentam cursos de período parcial, em geral noturno, que engrossam o contingente de estudantes trabalhadores de Campinas.

Por último, cabe lembrar que tanto no caso dos estudantes de São Paulo, como nos de Campinas, o trabalho não os torna independentes da família - seja em termos de residência, seja em termos finánceiros. Conforme vimos, para a grande maioria dos casos a família continua "ajudando".

Parece, assim, que a renda auferida pelo estudante através de seu trabalho funciona enquanto subtração do orçamento familiar. Essas questões serão discutidas tendo em vista a análise da õcupação do estudante e de sua renda.

**Ocupações destacadas entre os estudantes**

As ocupações exercidas pelos estudantes somam 70 e são as mais variadas. Aquelas que concentram, em ordem decrescente, o maior percentual de estudantes são as de *estagiário* (7,3%), *professor* (5,3%) e *auxiliar de escritório* (5,2%). Em um segundo bloco estão as funções de *vendedor/representante de vendas* (2,6%), *cargos de chefia* (2,6%), *bancário* (2,0%), *ocupações de nível técnico* (2,0%) e *ocupações de nível superior* (2,0%). Num terceiro grupo de funções, que concentra cerca de 1 % dos estudantes, estão as ligadas à informática - *digitador e operador e programador* -, as de *secretária*, *contador, funcionário público* (sem especificar o setor). Excetuando do leque de funções essas 13 mais recorrentes, as demais funções mencionadas não chegam a concentrar nem 1 % dos estudantes.




Ainda que não se possa estabelecer uma correlação entre as funções exercidas - elas são bastante genéricas - e os cursos freqüentados pelos estudantes, existe uma certa afinidade entre o tipo de curso e o trabalho desempenhado. Ou seja, em alguns cursos o leque de funções exercidas pelos estudantes é mais amplo e tem a ver com o propósito mais ou menos profissionalizante do curso. Inversamente, há cursos em que o campo de trabalho do estudante é mais restrito, limitando-se a duas ou três funções, ainda que estas estejam mais próximas da área de estudo. Essa variação não ocorre apenas entre diferentes áreas do conhecimento, mas entre cursos de uma mesma área.

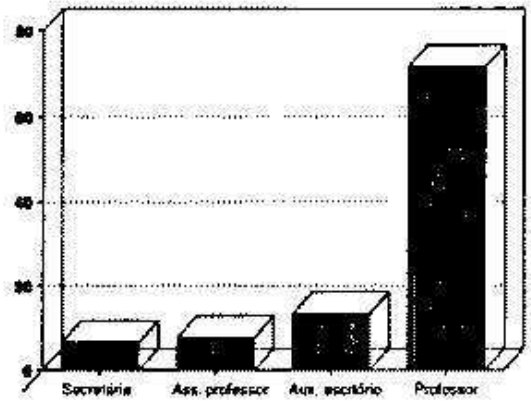
Conforme vimos, a área de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas não só concentra o maior percentual de estudantes trabalhadores como também esses estudantes distribuem-se em um leque mais amplo de ocupações, comparativamente às áreas de Exatas e Biológicas. Entre os cursos da área de Humanidades, entretanto, podemos distinguir dois conjuntos: pedagogia, filosofia e turismo, de um lado, em que as funções exercidas pelos estudantes são mais restritas e dirigidas ao futuro campo profissional e, de outro, direito, administração de empresas e publicidade & propaganda, em que os estudantes acabam se engajando no mercado de trabalho através de uma série variada de funções não necessariamente vinculadas ao campo de estudo.

Na área de Exatas, os estudantes se concentram em funções mais técnicas e vinculadas à área de estudo: "carreiras de nível técnico, programador, digitador/operador". Notam-se, entretanto, diferenças importantes entre os cursos desta área. Enquanto nas carreiras mais curtas - ciência da computação e processamento de dados - o leque de ocupações dos estudantes é mais amplo, englobando inclusive funções não ligadas à área de estudo - como as de "auxiliar de escritório, bancário, estagiário" (sem especificação do setor), nas Engenharias - elétrica e da computação - trabalho e área de estudo tendem a apresentar um grau maior de permeabilidade. Destacam-se, assim, nas Engenharias, os bolsistas - situação considerada pelo estudante como um trabalho -, os *professores* e os *técni*cos.

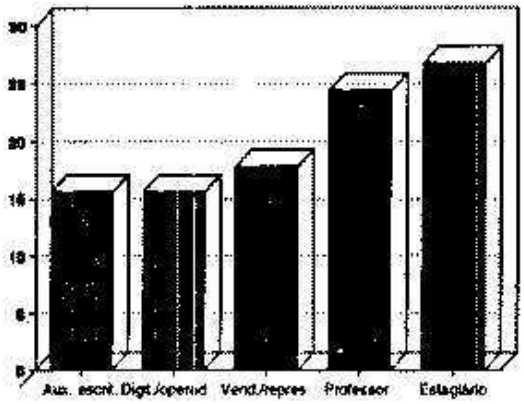
O trabalho do estudante na área de Biológicas e Ciências da Saúde apresenta outras características. Nos quatro cursos - biologia, medicina, nutrição e odontologia -, os estudantes que trabalham têm quase as mesmas ocupações. São professores, estagiários, têm funções de chefia, são auxiliares e monitores de atividades de saúde. Nos cursos de odontologia e nutrição encontramos um número expressivo de estudantes que exercem ocupações de vendas e representação. No caso da odontologia, os produtos vendidos são odontológicos. Na carreira de biologia, os estudantes se concentram em atividades de *ensino* e *pesquisa* (pesquisadores ou estagiários de institutos de pesquisa), ainda que seja expressivo o percentual de estudantes que trabalham como auxiliares de escritório. É importante observar, a propósito, as diferenças existentes entre os estudantes do curso de biologia - da USP e UNICAMP - e desse mesmo curso em uma universidade privada. Com exceção da ocupação de *professor*, que absorve de maneira significativa os estudantes de ambos os tipos de instituição, as atividades de pesquisa foram mencionadas apenas pelos estudantes das instituições públicas e a ocupação de auxiliar de escritório apenas pelos estudantes da UNIMEP, do campus de Piracicaba.

## Quadro 16
## Ocupações destacadas na área de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas

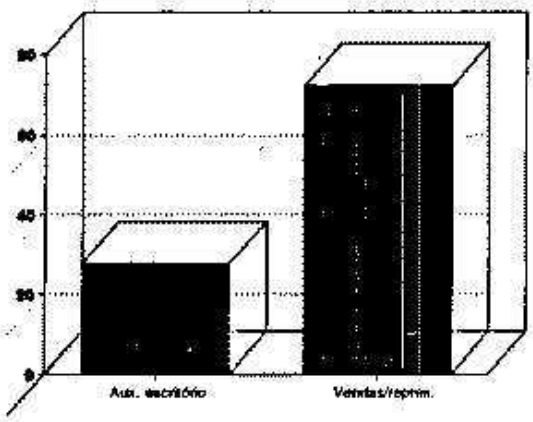
Pedagogia



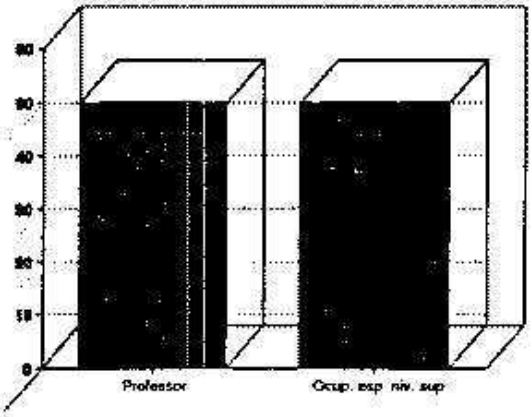

Publicidade e Propaganda



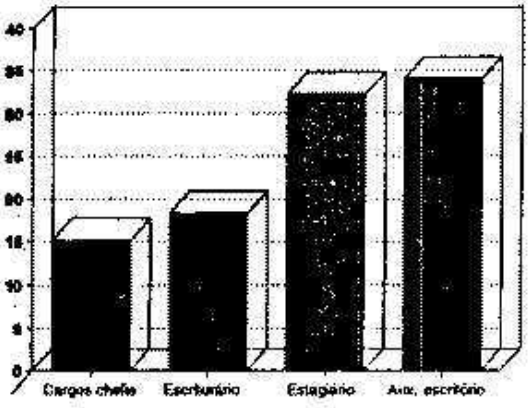

Turismo



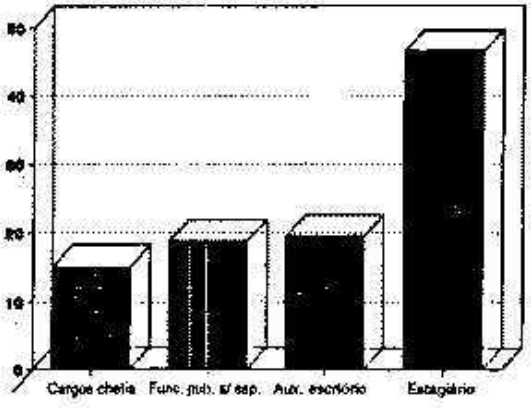

Filosofia




Administração

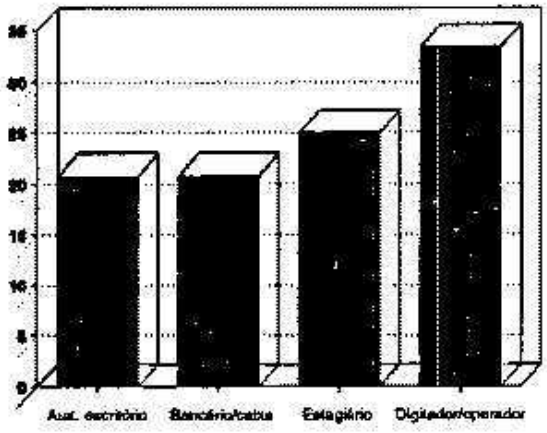



Direito

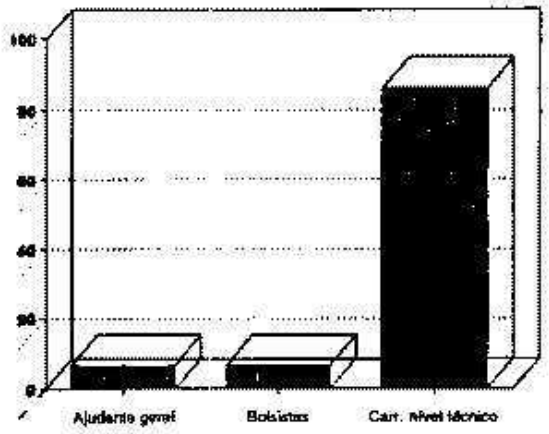


## Quadro 17
## Ocupações destacadas na área de Exatas

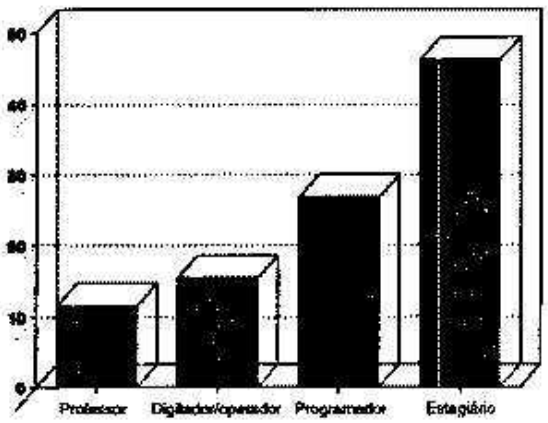
Ciência da Computação



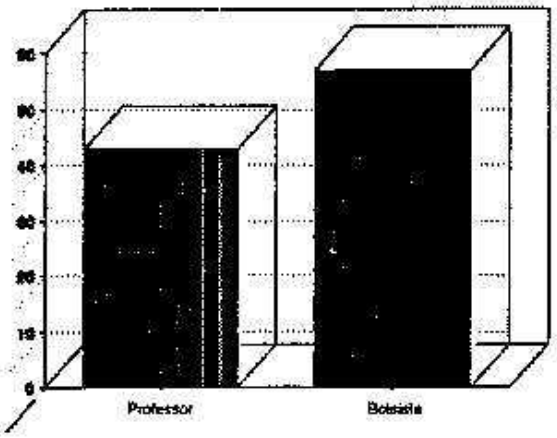

Engenharia Elétrica



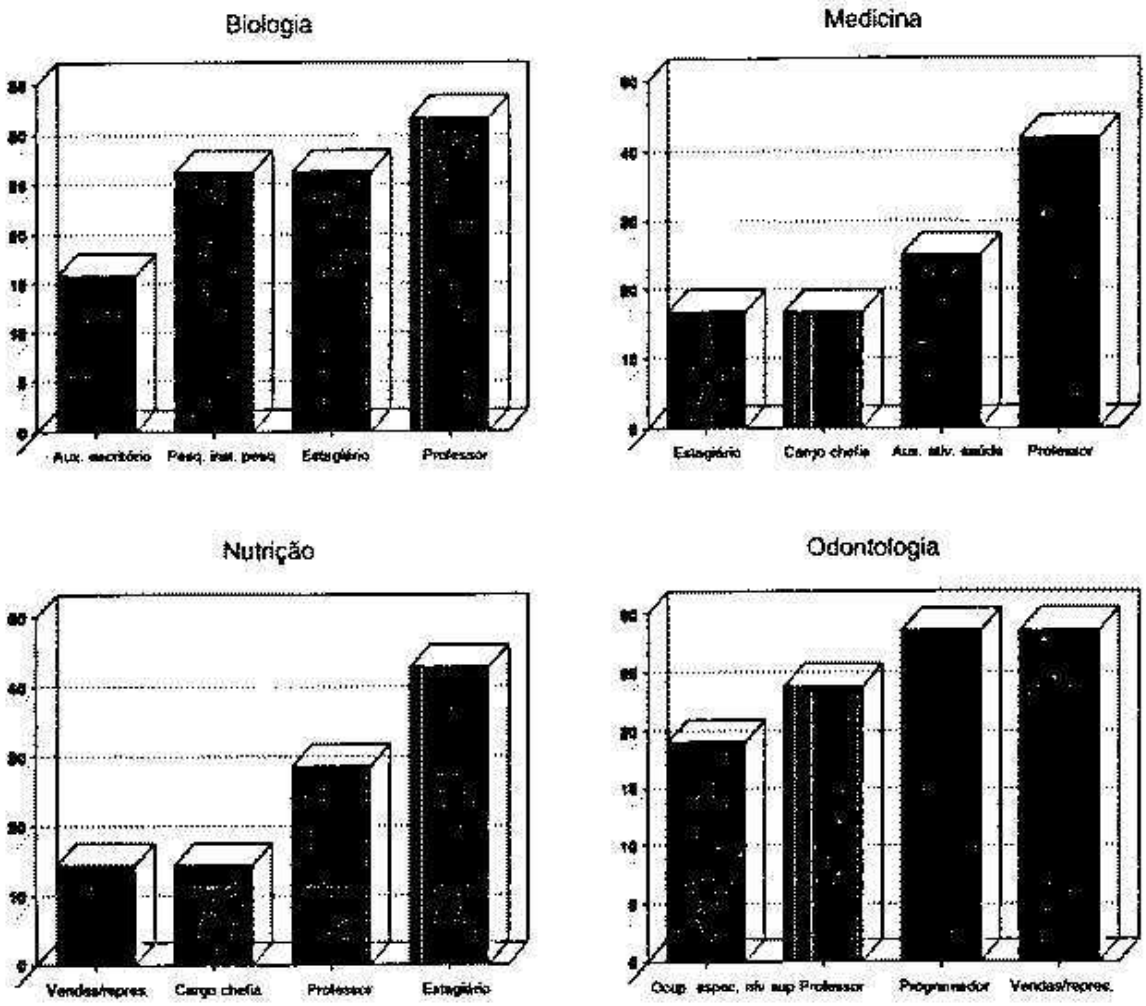

Processamento de Dados




Engenharia da Computação

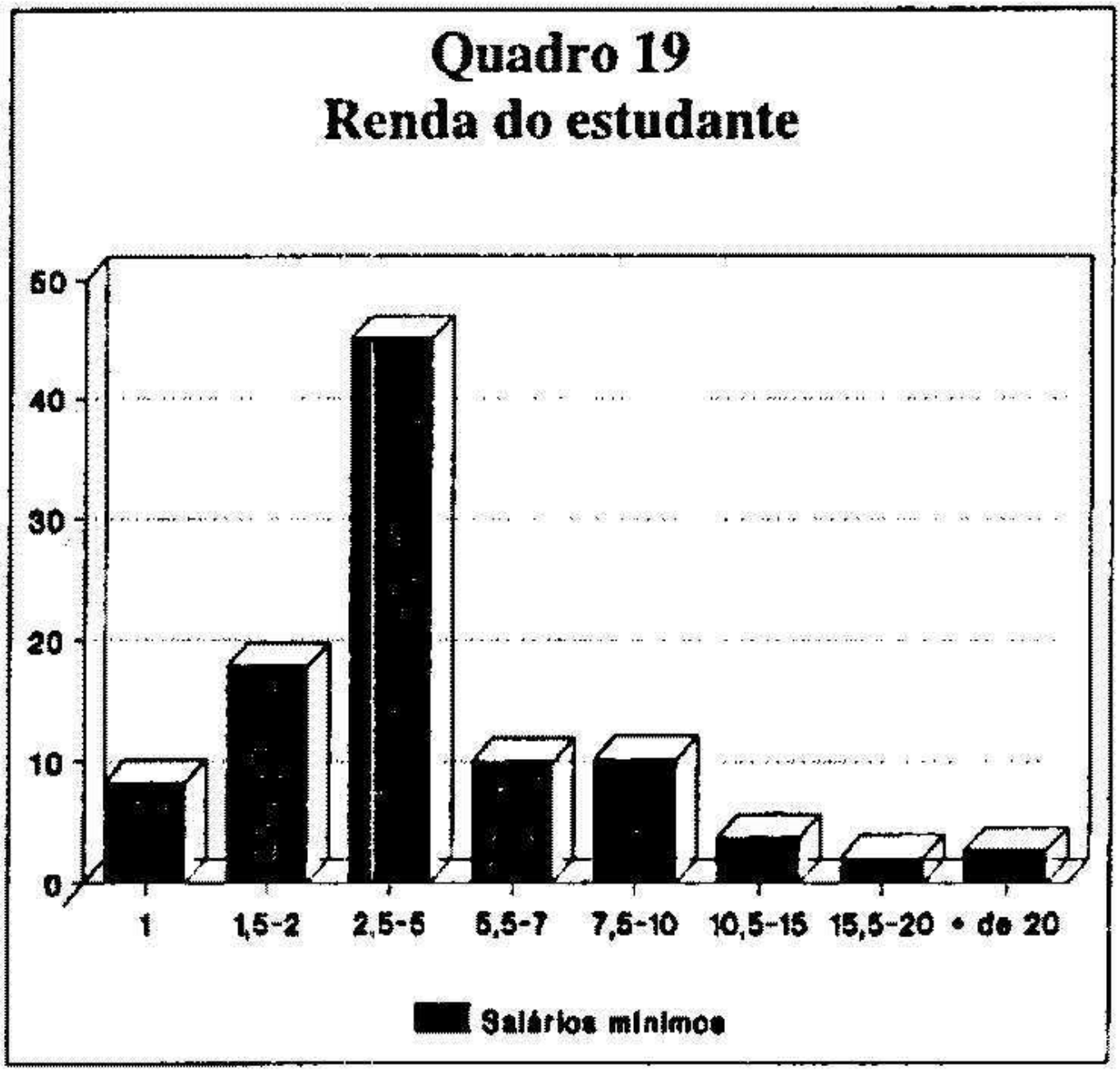


**Quadro 18**
**Ocupações destacadas na área de Biológicas e Ciências da Saúde**




**Renda do estudante que trabalha (22)**

Os estudantes que trabalham não ganham muito. Quase metade deles - cerca de 45 % (487) - tem uma renda na faixa entre 2,5 e 5 salários mínimos. Na faixa de até um salário se encontravam 8,3% (90) dos estudantes. Nas faixas de 5,5 a 7 e de 7 a 10 salários mínimos, os percentuais giram em torno de 10% (108 e 111 casos respectivamente). Nas três faixas de renda mais altas - de 10,5 a 15, de 15,5 a 20 e mais de vinte -, os percentuais caem para 3,8%, 2,1% e 2,7%, respectivamente.




As variações salariais não correspondem às diferenças entre as ocupações. Ou seja, embora o leque de ocupações desempenhadas pelos estudantes seja bastante amplo, seus salários não se diferenciam na mesma proporção, uma vez que o status profissional é quase sempre o mesmo: o de "aprendizes". Nesse caso, são estagiários, auxiliares e bolsistas, ou têm ocupações de escritório - escriturários, escreventes, bancários, ou seja, funções que não requerem especialização.

Os estudantes dos diferentes cursos da área de Humanidades têm uma renda bastante parecida. Concentram-se na faixa de 2,5 a 5 salários mínimos, seguida da faixa de 1,5 a 2 salários.

Para todos os cursos dessa área, conforme aumenta a faixa salarial diminui o percentual de estudantes, chegando, inclusive, a desaparecer em algumas faixas de renda. No curso de pedagogia, por exemplo, não há nenhum estudante trabalhador com renda superior a 15 salários mínimos. Nos cursos de publicidade e propaganda, turismo e filosofia existem casos isolados - um estudante para cada uma dessas carreiras, com uma renda superior a 20 salários. Esses estudantes têm ocupações especializadas de nível superior ou cargos de chefia e/ou direção. É no curso de direito que encontramos maior número de estudantes com renda superior a 20 salários mínimos. São 22 estudantes nessa situação; desses, apenas seis têm menos de 30 anos. No que diz respeito ao estado civil, com exceção de dois estudantes "separados", todos os demais são casados. As ocupações desses estudantes são, em sua maioria, especializadas de nível superior, como publicitário, dentista. Outras ocupações

são comerciante, funcionário público, contador, havendo também muitos com cargos de chefia e de direção. Em função do perfil desses estudantes, podemos inferir que a renda acima de 20 salários mínimos deve-se a uma profissionalização anterior e não deriva de sua condição de estudante.

Se a distribuição da renda dos estudantes dos diferentes cursos da área de Humanidades apresenta certa uniformidade, o mesmo não ocorre com cursos das áreas de Exatas e de Biológicas e Saúde. Pode-se dizer que existem nas duas áreas os "primos pobres" e os "primos ricos". Nas Exatas, por exemplo, o curso de engenharia elétrica é o primo rico. As rendas auferidas pelos estudantes se distribuem em todas as faixas, concentrandose, todavia, entre 5,5 a 15 salários mínimos. Em ciência da computação e processamento de dados, a renda está concentrada na faixa de 2,5 a 5 salários, sendo que neste último é grande o percentual de estudantes com uma renda de até 2 salários mínimos. Já em engenharia da computação, a renda se concentra basicamente na faixa de 1,5 a 2 salários, sendo bem raros os estudantes na faixa de 2,5 a 5 salários.

Nas engenharias - elétrica e da computação - somente dois estudantes responderam ter renda superior a 20 salários. Trata-se de um dentista de 32 anos e de um professor de 27 anos.

Na área de Biológicas e Ciências da Saúde, o curso de biologia apresenta a maior concentração de estudantes na faixa de 1,5 a 2 salários. Nos três cursos selecionados na amostra - nutrição, medicina e odontologia - a renda dos estudantes concentra-se na faixa de 2,5 a 5 salários, sendo que nos dois últimos cursos existem casos de rendas mais altas, acima de vinte salários mínimos, como o de um estudante de medicina de 30 anos, separado, que presta "serviços não especializados", e o de um estudante de odontologia, 21 anos, solteiro, que é representante de vendas.

**A guisa de conclusões:**

As transformações que ocorreram no ensino superior brasileiro,. sobretudo no sentido de uma maior diversidade nas forrriàs de organização dos cursos e carreiras, e as próprias mudanças ocorridas no mercado de trabalho, contribuíram para a disseminação do trabalho entre os estudantes. Hoje, mais de 50% dos estudantes universitários selecionados em nossa amostra trabalham, mesmo que esse trabalho seja muitas vezes esporádico.

Estudo e trabalho já não são atividades excludentes; ao contrário, o estudante que trabalha é uma realidade cada vez mais presente nas instituições de ensino superior no Brasil. Embora haja uma correlação entre a renda familiar e o trabalho do estudante, o que chama a atenção, conforme vimos insistindo, é que o percentual de estudantes que trabalham, mesmo na faixa mais alta de renda - mais de vinte salários mínimos -, mantém-se superior a 50% para o conjunto dos cursos. A explicação para o trabalho do estudante não pode limitar-se, portanto, aos condicionantes sócioeconômicos, mesmo porque a grande maioria do público universitário continua sendo recrutado na classe média.

Precisamos de outros elementos explicativos para responder à questão: o que explica um número cada vez maior de estudantes preocuparse com o acesso ao trabalho? Uma de nossas hipóteses é que o estudante, antes de mais nada, faz parte de uma categoria mais ampla - a juventude - que dissolve as diferenças entre trabalhadores e estudantes.

O acesso ao trabalho significa o acesso ao consumo. Nas sociedades contemporâneas, ser jovem significa partilhar, juntamente com outros membros dessa categoria, de uma série de consumos de sociabilidade e apresentação. Em outros termos, significa tomar parte de uma linguagem geracional comum, em que o consumo de bens, materiais e simbólicos, é fúndamental.

O fato de o jovem trabalhar, conforme vimos, não significa sua total autonomia em relação à família, nem tampouco sua independência financeira. Boa parte deles, mesmo trabalhando, continua recebendo "ajuda" da família. Os rendimentos obtidos por meio do exercício de ocupações esporádicas e às vezes pouco qualificadas, mas que representam um setor muito dinâmico do mercado de trabalho jovem, são insuficientes e funcionam antes como uma subtração dos gastos do jovem que como uma contribuição à renda familiar.

Se precisássemos definir, de forma sucinta, a categoria juventude em nossa sociedade industrial e moderna, delimitaríamos tal categoria no contexto da sociabilidade e do consumo. Sem dúvida o trabalho seria o elemento de articulação desse eixo: está na base da sociabilidade jovem, em grande parte tecida em função do acesso e/ou do alargamento do consumo juvenil.

O estudante que trabalha não está na contramão de sua geração. A universidade mudou, e sob o aspecto da vivência juvenil não desempenha o mesmo papel de antigamente, ou seja, não é mais o locus privilegiado da sociabilidade estudantil. O ambiente de trabalho disputa com o próprio espaço acadêmico as redes de sociabilidade jovem. Com efeito, a grande maioria dos estudantes que trabalham em nossa amostra disse sair com mais freqüência com seus colegas de trabalho. Ocorre também que os espaços de sociabilidade jovem são, atualmente, muito fluidos, com códigos próprios, recortados, e cada vez mais dependentes

do lazer - consumo na forma de bens culturais. O acesso a esse tipo de consumo promovedor da sociabilidade depende, em grande medida, do acesso ao trabalho, de um rendimento próprio.

Se, conforme vimos, o trabalho do estudante está determinado pela própria condição de estudante - em função da organização dos cursos e carreiras, horários, exigências acadêmicas diferenciadas etc. -, é na condição de jovens que para esses estudantes o trabalho assume uma dimensão importante, diluidora da própria distinção entre estudantes e trabalhadores.

## NOTAS

(1) Os títulos dos artigos da coleção Sociologia da *juventude,* editada no Brasil em 1968 pela Zahar, ilustram bem a idéia de que o trabalho e o estudo são categorias fundamentais para a construção de uma sociologia diferencial. Desse modo, os jovens ora são trabalhadores: "Problemas de uma sociologiada da juventude rural", "Problemas de uma sociologia da juventude operária" etc., ora estudantes: "Comportamento político da juventude universitária", "Alternativas para as atividades estudantis" etc.

(2) J. Habermas, L. v. Friedeburg Ch. Oehler e F. Weitz, "O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral", *in* Sociologia da *juventude II,* R. J., Zahar Editores, 1968. Traduzido de *Student und Politik,* Neuwied, 1961, pp. 59-74.

(3) Habermas et alii, op. cit. p. 116.

(4) Em muitos outros estudos, o argumento é inverso. O que favoreceria o envolvimento político dos estudantes seria justamente essa sua condição de transitoriedade marcada pelo descomprometimento com o mundo adulto (trabalho, família). Lipset, S. Martin, por exemplo, observa que um dos fatores que contribuem para que os estudantes se envolvam em questões políticas é justamente o desenvolvimento de um estilo de vida próprio, fora da tutela paterna. Diz o autor: "O fato de se morar em repúblicas e freqüentar cafés, como é costume nos grandes países europeus latinos, França e Itália, está muitas vezes associado ao aparecimento de uma cultura política autônoma entre os estudantes, sendo essa cultura geralmente de caráter agitado e extremista (...). Esses estudantes têm mais liberdade, bem como se encontram mais isolados que os estudantes que vivem com a família. Sua marginalização é maior, e são menos controlados, outra condição favorável para a formação de movimentos estudantis". Lipset, S. Martin - "Alternativas para as atividades estudantis". *In* Sociologia da *juventude IV,* R. J., Zahar Editores, 1968.

(5) As chamadas "profissões liberais", na forma que assumiram a partir do século XIX, sempre foram uma combinação de formação técnica e algumas características típicas daquelas atividades definidas pela formação difusa, ininteligível para o leigo e de grande prestígio social. Como observa Ben-David, "the assumption that advanced education needed to be specialized and that specialized study was necessary for a professional career, was the basis of the transformation of higher education in the nineteenth century (...). However, the relationship between study and career remained much more complicated than had been envisioned by some of the early advocates of education reform". O tema "profissão", que, no Brasil, é freqüentemente entendido como ligado a um conhecimento especializado, é utilizado por Ben-David como significando "all occupations into which entry is generally limited to those possessing diplomas from institutions of higher education", sejam elas de formação especializada e técnica ou não. Joseph, Bem-David, *Centers of learning: Britain, France, Germany,* The Carnegie Commission on Higher Education, 1977, pp. 2930.

(6) Micelli, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (Estudo clínico dos anatolianos), São Paulo, Perspectiva, 1977. Através das biografias dos homens de letras no Brasil, no início do século, o autor identifica as estratégias de ascensão social que mobilizavam redes de parentesco e apadrinhamento. MiceIli mostra também que a notoriedade desses literatos - sem questionar o eventual valor de suas obras - está associado à luta desses personagens pela inclusão nos meios acadêmicos extremamente elitizados. O curso de Letras era um dos poucos que, na época, possibilitavam a ascensão dos menos favorecidos.

(7) Schwartzman, S. - "Brazil: opportunity and crisis in higher education". *In Higher education,* Kewer Academic Publishers, 1988.

(8) Apesar da matrícula universitária ter aumentado cerca de catorze vezes - passando de 100 mil para 1,4 milhões nos últimos vinte anos -, o percentual de jovens que ingressam na universidade não chega a 10% da faixa correspondente da população. Esse índice nos deixa muito atrás de vários países, inclusive latino-americanos, como Argentina e Chile, onde a taxa de jovens que entram para a universidade fica por volta de 39% e 18% respectivamente. Sampaio, Helena - "A evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990". Documentos de trabalho 9/91, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior/USP.

(9) Ophelina Rabello, "Universidade e trabalho: perspectivas", Universidade Estadual de Campinas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1973, p. 17.

(10) Rabello, Ophelina, ibidem, idem, pp. 17-18.

(11) Rabello, Ophelina, ibidem, idem, p. 17.

(12) Rabello, Ophelina, ibidem, idem, p. 25.

(13) Os estudantes que responderam ao questionário aplicado em salas de aula fazem parte de um universo muito heterogêneo em termos de cursos e instituições que freqüentam. O desenho da pesquisa resultou do cruzamento de uma série de características dos cursos e das instituições de ensino superior existentes no estado de São Paulo. No que se refere aos cursos, foram selecionados aqueles representativos das carreiras tradicionais, modernas e recentes, ou seja, carreiras instituídas, em sua maioria, antes de 1970, carreiras típicas dos anos 70 e os cursos que datam da segunda metade da década de 70. Foram

também contemplados os cursos oferecidos predominantemente pelo setor privado e também cursos cuja demanda, tanto no setor público como no privado, cresceu nos últimos anos. A relação oferta-demanda, sob vários aspectos, foi também um critério considerado. Na amostra da pesquisa constam cursos cujas vagas estão entre as mais disputadas nos vestibulares. São os cursos de medicina, odontologia, direito, administração, publicidade e propaganda e processamento de dados, oferecidos tanto por instituições públicas como privadas. Também foram escolhidos cursos cujo crescimento está ligado à expansão do setor privado, tais como filosofia, administração de empresas e pedagogia. Por fim, foram selecionados cursos de tipo vocacional que têm apresentado demanda crescente nos últimos anos, como, por exemplo, turismo e nutrição. Por fim, a escolha das instituições onde esses cursos são ministrados procurou responder às clivagens caracterísitcas do sistema de ensino superior brasileiro: setor público/privado, escola isolada/universidade, alto/baixo prestígio acadêmico. A cada um dos cursos pesquisados correspondem, pelo menos, duas instituições representativas dessas segmentações do sistema de ensino superior. Na Malha 1- São Paulo - foram selecionadas 12 (doze) instituições, das quais 10 (dez) são privadas e duas públicas. Das duas instituições públicas, uma é universidade. Entre as privadas, a amostra conta com cinco universidades e cinco escolas isoladas. A Malha 2 - Campinas e região - compõe-se de oito instituições, sendo uma pública - que é universidade - e sete privadas - quatro escolas isoladas e três universidades. Ver, em anexo, a distribuição dos questionários por malhas, instituições, cursos e períodos.

(14) Os alunos pesquisados por Rabello, op. cit., 1973, distribuíam-se em 42 modalidades de cursos diferentes, agrupados nas três áreas do conhecimento. Fizeram parte da amostra 8 universidades públicas, 7 delas federais, e a Unicamp.

(15) Núcleo de Apoio aos Estudantes de Graduação (NAEG) - Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo (USP), Projeto Tempo Zero 1993, Relatório Geral Coordenado por Américo Tristão Bernardes, setembro de 1993.

(16) A propósito, ver "Novos Cursos Noturnos Unicamp 1992". Projeto Qualidade 2, Universidade Estadual de Campinas, 1992. O baixo percentual de estudantes que trabalham no curso noturno de engenharia elétrica, diferentemente de outros cursos noturnos oferecidos pela Unicamp, deve-se, segundo a pesquisa, ao fato de que esse curso, bem como ode engenharia química, têm suas vagas preenchidas segundo um sistema classificatório. Assim, 70,6% dos estudantes do curso noturno de engenharia elétrica não estavam lá por opção, mas porque não tinham conseguido vaga no período diurno. Trata-se, portanto, de casos de segunda opção, o que acabou desviando da intenção inicial de implantação do curso, que era a de possibilitar o ingresso de estudantes que trabalham.

(17) Rabello, op. cit., p. 21.

(18) Schmith, L., "Jovens, família, dinheiro e autonomia", in *Análise social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXV, 1990, p. 657.

(19) Os outros 10,6% correspondem aos casos de estudantes que sustentam as respectivas famílias, já analisados anteriormente.

(20) Schmith, L., ibidem, p. 661.

(21) Segundo nosso estudo sobre o perfil do estudante, os alunos de pedagogia da PUC-São Paulo são os que apresentam uma renda familiar mais alta comparativamente aos estudantes desse mesmo curso na Faculdade Padre Anchieta, em Jundiaí, e na Unicamp, Campinas.

(22) Denominamos "renda" todos os rendimentos obtidos pelo estudante como contrapartida do trabalho que exerce. Essa categoria é mais abrangente que a de salário, uma vez que não supõe a regularidade do contrato de trabalho.